


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DAS FAMÍLIAS
DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PROJETO TURMINHA

Aprovado Pelo DSS
Em 05/08/94


KRYSZYNA MATYS COSTA
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE-UFSC

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado ao Depar-
tamento de Serviço Social da
Universidade Federal de
Santa Catarina para a obten-
ção do título de Assistente
Social pela acadêmica

Fabiana Pedrosani

Florianópolis (SC), julho de 1994

*"Que nosso esforços desafiem
as impossibilidades;
lembrai-vos que as grandes
proezas da história foram
conquistadas do que parecia
impossível".*

Charles Chaplin

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Luiz e Lourdes e ao irmão Marcelo, pela compreensão, ajuda e estímulo ao longo desta caminhada.

Ao namorado Júnior, pelo carinho, pela compreensão e amizade nos últimos doze meses.

À amiga Ana Elise, companheira e amiga em todos os momentos.

À supervisora Simone, pela amizade e compreensão construída a partir da prática de estágio.

À professora Catarina, pelo interesse, estímulo e amizade demonstrados durante a orientação deste trabalho.

À Instituição Projeto Turminha, especialmente a coordenadora Maria Elisabete Eleotero pela amizade e pela ajuda na construção deste trabalho.

Às crianças, adolescentes e famílias do Projeto Turminha que tanto contribuíram para a realização deste trabalho.

À todos, enfim, que de alguma forma contribuíram para chegarmos até aqui.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
CAPÍTULO I - O ASPECTO SOCIAL E ECONÔMICO DA SOCIEDADE BRASILEIRA, NO QUAL, AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES CARENTES ESTÃO INSERIDAS	9
1.1 As políticas sociais dentro do sistema capitalista brasileiro no atendimento à crianças e adolescentes carentes diante da sua realidade social e econômica	9
1.2 O papel das organizações não-governamentais perante a sociedade e o surgimento do Projeto Turminha	29
CAPÍTULO II - O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DAS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PROJETO TURMINHA	39
2.1 A Instituição Projeto Turminha diante da realidade social e econômica das crianças e adolescentes	39
2.2 A realidade social e econômica das famílias das comunidades de onde provêm as crianças e adolescentes do Projeto Turminha	51

	5
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102
ANEXO	105

APRESENTAÇÃO

Atualmente, a criança e o adolescente no Brasil, formam um contingente populacional, constituindo mais da metade da nossa população. Entretanto, são poucas as que têm o privilégio de poderem exercer a sua cidadania, ou seja, é uma minoria que tem condições de ter uma boa estrutura familiar e que lhe permita o acesso aos seus direitos básicos como: alimentação, habitação, educação, saúde, lazer e tantos outros que fazem parte do cotidiano da vida digna de uma criança ou de um adolescente.

Existe um grande número de crianças e adolescentes em nosso país, sendo a maioria classificada como carente e outras que, em uma situação ainda pior, fazem parte do grupo de meninos e meninas de rua, que sem uma família e um lugar para morar, buscam a sobrevivência perambulando pelas ruas de nossas cidades, fazendo dessas o seu verdadeiro lar.

O fato é que a sociedade civil, principalmente a partir da década de 80, exausta de ver crianças e adolescentes caren-

tes sofrerem continuamente, sendo elas as figuras mais significativas desta triste realidade social, econômica, política e cultural, começou a se mobilizar mais arduamente por esta questão. Através da nossa Constituição, implantada no dia 05 de novembro de 1988, foram incorporados e reconhecidos os direitos e deveres do cidadão criança e adolescente, sendo o Estatuto da Criança e do Adolescente a sua máxima representação.

Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente ser uma lei digna, representando todos os direitos e deveres da criança e do adolescente, não está sendo devidamente aplicada pela nossa sociedade brasileira, pois o que podemos observar, é que milhares delas continuam a não ser atingidas por um sistema de políticas sociais eficientes no atendimento de suas necessidades básicas.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, é fruto de nossa prática de estágio curricular do Curso de Serviço Social, realizado no período de agosto de 1992 a maio de 1994, na Instituição Projeto Turminha de Capoeiras que atende crianças adolescentes carentes da Grande Florianópolis.

Este trabalho, em sua primeira parte, aborda a questão das políticas sociais atuais de nosso país no atendimento as necessidades básicas da população infanto-juvenil carente. Ainda, no decorrer desta primeira parte é enfatizado o papel das organizações não-governamentais perante a sociedade e o surgimento de centenas dessas instituições, entre as quais, o Projeto Turminha de Capoeiras, no auxílio a crianças e adolescentes carentes e as suas respectivas famílias.

A segunda parte deste trabalho, mostra a Instituição Projeto Turminha como uma organização não-governamental desde o seu surgimento até os dias atuais, no atendimento de crianças e adolescentes carentes. Ainda, nesta segunda e última parte, é abordada também a realidade social e econômica destas famílias, que foi detectada a partir de uma pesquisa, através da aplicação de um formulário, oportunidade em que foram feitas visitas domiciliares nas comunidades de onde provêm essas crianças e adolescentes. O objetivo primordial desta pesquisa foi traçar o perfil social e econômico das famílias, além de outras questões que também aparecem no decorrer deste perfil como: a cidadania, a mobilização, a participação, a conscientização.

Finalmente, são apresentadas as considerações finais e as sugestões desse Trabalho de Conclusão de Curso, com base na prática de estágio realizada durante o período citado anteriormente.

CAPÍTULO I

O ASPECTO SOCIAL E ECONÔMICO DA SOCIEDADE BRASILEIRA, NO QUAL, AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES CARENTES ESTÃO INSERIDAS

1.1 As políticas sociais dentro do sistema capitalista brasileiro no atendimento à crianças e adolescentes carentes diante da sua realidade social e econômica

O Brasil é um país que, a cada dia que passa, tem o seu número de crianças e adolescentes demasiadamente aumentado. Contudo, o problema maior é que estes em sua quase totalidade, provêm de famílias cuja estrutura sócio-econômica fica muito a desejar, quando olhamos os princípios de dignidade do ser humano e sua cidadania.

A cidadania é a garantia de se viver tendo direitos, como por exemplo, comer, estudar, trabalhar, ter um lugar para morar, ter acesso aos centros de saúde e ser atendido da maneira mais rápida e eficiente, ter lazer. É ter o direito de poder participar dos fatos e do desenvolvimento do país, tendo como instrumento principal o voto, escolhendo assim pessoas que realmente representarão o povo, fazendo com que sejam gerados benefícios e transferindo imediatamente para a sociedade. A

cidadania poderá ser realizada não só através dos direitos, mas também cumprindo alguns deveres como o respeito às leis. Assim encontramos, no seio das famílias, os mais variados problemas no atendimento as suas necessidades básicas como, alimentação, habitação, educação e saúde. Portanto, as crianças começam a ser vítimas antes mesmo de chegarem ao mundo, quando ainda estão no ventre de suas mães.

Atualmente, o mundo tem começado a tomar consciência das conseqüências catastróficas que a pobreza dos países em desenvolvimento pode causar futuramente. Isto se deu principalmente com a realização, nos Estados Unidos, em setembro de 1990 do Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, com a presença de quase metade dos presidentes e primeiros ministros de todo o mundo, resultando num conjunto de compromissos específicos que, se implementados, marcariam sem dúvida, o início de uma nova era de participação.

Esses compromissos, destinados a empregar os conhecimentos e as tecnologias atuais disponíveis, foram transformados em uma série de objetivos que deverão ser atingidos até o final deste século. Os principais objetivos são: controle das principais doenças infantis; redução da desnutrição infantil em 50%; redução de um terço nas taxas de natalidade de crianças com menos de cinco anos; redução de 50% nas taxas de natalidade materna; água limpa e saneamento para todas as comunidades; serviços de planejamento familiar disponíveis para todos; e educação básica para todas as crianças.

As promessas do Encontro de Cúpula estão sendo mantidas através da rápida aceitação da Convenção sobre os Direitos da

Criança, que procura estabelecer padrões mínimos para a sobrevivência, a proteção e o desenvolvimento de todas as crianças. A Convenção foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas no final de 1989, e entrou em vigência, com as vinte ratificações necessárias às vésperas do Encontro Mundial de Cúpula pela Criança.

Em alguns países, o processo de transformação da Convenção em lei nacional já teve início. No Brasil também podemos constatar que milhares de pessoas vêm se mobilizando para que o país possa oferecer as futuras gerações, condições melhores de vida. Um exemplo bem evidente é o Movimento Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida, liderado por Herbert de Souza, o "Betinho". As organizações não-governamentais e todos os tipos de organizações voluntárias espalhadas pelos quatro cantos do país, num esforço conjunto, têm trabalhado para que os benefícios cheguem aos mais necessitados. As pessoas estão cansando de esperar apenas pelas ações do governo. Com ou sem a ajuda dele, elas estão se mobilizando, lutando por aqueles que, na maioria das vezes, não têm consciência da sua situação, pois ocupam todo o tempo de suas vidas emergidos em horas e mais horas de trabalho na busca pela sobrevivência.

O processo de transformação, em direção ao progresso, só será concretizado com a plena integração da sociedade rumo à democracia, sendo a união que fará a força, daí a importância dos movimentos populares dentro de uma sociedade. Seja defendendo seus próprios interesses, seja por solidariedade com os direitos dos outros, foram os movimentos populares de muitos tipos diferentes que, no passado e no presente, conseguem dar

prioridades a temas antes ignorados como, a eliminação da desnutrição, o analfabetismo, a proteção do meio ambiente às necessidades humanas básicas, enfim, uma série de temas que sempre fizeram parte do cotidiano da humanidade, mas que eram levados ao descaso pelas autoridades que sempre manipularam todos os meios de comunicação, fazendo com que aquelas situações mais emergentes passassem despercebidas pelas pessoas. Com o passar dos anos, os movimentos populares puderam tornar disponíveis a muitas pessoas os benefícios do processo, antes restritos a uns poucos, e introduzindo mudanças que hoje são reconhecidas como passos em direção à própria civilização.

"Movimentos populares é uma expressão ampla, com muitos significados distintos. Alguns são movimentos dos menos favorecidos, que atuam em defesa de seus próprios interesses; outros são movimentos dos mais favorecidos, que tentam demonstrar solidariedade com os desprivilegiados. Alguns atuam à luz das liberdades civis e da liberdade de expressão; outros atuam nos limites obscuros da censura e da repressão. Alguns trabalham a grandes distâncias geográficas e econômicas das causas que apoiam; outros trazem as marcas do envolvimento diário; motivados pela preocupação. Alguns conseguem progresso em sua causa, através do impacto acumulado de milhares de projetos em pequena escala que demonstram o que pode ser conseguido, ao mesmo tempo em que mostram que existe apoio popular para conquistas em maior escala; outros optam pelo caminho da identificação e divulgação dos fatos, mobilizando o apoio popular, utilizando os meios de comunicação, fazendo "lobby" junto a líderes empresariais, e exercendo pressão por mudanças específicas na legislação ou política" (Grant, 1993, p.27).

Portanto, os movimentos populares são os que sempre impulsionaram e continuam a impulsionar as grandes mudanças que ocorrem no mundo. Estes movimentos são capazes de mudar alguns dos valores mais retrógrados de uma sociedade e a partir deles, novas formas de pensar e agir podem direcionar as pessoas para uma vida mais digna, onde os direitos e o deveres são acessíveis a todos, sem distinção de sexo, raça ou classe social. Ao

ficarmos esperando apenas pela ação da sociedade política, ou seja, do Estado e da elite burguesa, nunca iremos concretizar nossos ideais que almeja a democracia e ao próprio desenvolvimento.

Assim, a inexistência dos movimentos populares equivale a própria regressão de uma sociedade, no momento em que são estes que proporcionam transformações significativas, que algumas vezes se dão de maneira lenta, outras de forma mais rápida, mas o que importa é que eles existam e estão por todas as partes lutando pela construção de um mundo melhor.

Um fator que agrava a situação de pobreza é a migração rural. Enquanto o governo não fizer uma reforma agrária digna, proporcionando àquelas pessoas que realmente precisam de um pedaço de terra, acabando assim com os grandes latifúndios, a situação não poderá melhorar. Além disso, as condições para estudar, o acesso a um hospital, as condições de habitação e outros sérios problemas, fazem com que as pessoas que moram no campo comecem a desanimar e a sonhar com a vida na cidade, na esperança de terem condições melhores de vida. No entanto, as pessoas que migram para a cidade, acabam se decepcionando ao constatarem os seus sonhos com a realidade, pois não conseguem entrar no mercado formal de trabalho e com um grau de escolaridade muito baixo ou inexistente, como os analfabetos, acabam se submetendo a subempregos ou atividades autônomas, sempre muito pouco rentáveis.

Os problemas de pobreza e miséria absoluta que afetam a grande parte da população e também de todos aqueles países que fazem parte do grupo em desenvolvimento, não podem ficar mais

sem solução. As justificativas que são dadas pelas autoridades, que as soluções são muito caras e o trabalho excessivamente volumoso, chegam a se constituir numa grande demagogia, uma vez que os recursos existem e estão disponíveis, mas aqueles que detém o poder não querem enfrentar o assunto com seriedade.

O atendimento das necessidades das populações mais pobres e politicamente menos influentes, raramente foi uma prioridade dos governos. Além disso, a extensão da negligência atual diante da atual oportunidade é um escândalo, da qual a população em geral, principalmente aquela que não tem acesso à educação, tem pouca consciência. Atualmente, os governos dos países em desenvolvimento, destinam em média, pouco mais de 10% de seus orçamentos ao atendimento direto das necessidades básicas de suas populações. Os governos costumam gastar mais em capacitação militar e nos serviços da dívida do que em saúde e educação. Em relação à ajuda dos países desenvolvidos para com os países em desenvolvimento, as estatísticas indicam que têm sido feito muito pouco diante do potencial daqueles, pois no que se refere aos recursos, somente cerca de US\$ 4 bilhões por ano, são destinados à nutrição, aos cuidados básicos de saúde, à água e ao saneamento, à educação básica e ao planejamento familiar, isto é, menos da metade do valor gasto por ano em calçados esportivos pelos países doadores (Grant, 1993, p.3).

A situação da criança e do adolescente no Brasil contemporâneo, podemos constatar, resulta de processos estruturais de longa duração. São particularmente relevantes os processos que tiveram lugar depois da Segunda Guerra Mundial e que mudaram a face do país, transformando-o quanto ao tamanho, numa das

maiores economias urbano-industriais do mundo, embora heterogênea, pobre e desigual.

Em relação ao desenvolvimento econômico que nosso país alcançou, apenas uma pequena minoria consegue usufruir dos seus conseqüentes benefícios, a qual pode desfrutar de um padrão de vida comparável aos países de primeiro mundo. Assim, constatamos uma sociedade em que há uma imagem dupla, pois enquanto a sua economia industrial foi se desenvolvendo, o seu aspecto social e humano foi adquirindo uma triste realidade, que quando comparado aos demais países, fica numa posição entre os piores do mundo.

O Brasil é um país essencialmente jovem, pois se encontra entre os seis primeiros do mundo com o maior número de crianças e adolescentes, sendo que são estes os que mais sofrem com esta dupla realidade. De um total de 151 milhões de pessoas que compõem a população brasileira, 9% que habita a área urbana e cerca de 34% na área rural se encontram abaixo do nível de pobreza absoluta (Grant, 1993, p.78).

O nível de pobreza no qual estão inseridas estas famílias não lhes permite o acesso à educação, reproduzindo assim o ciclo de pobreza, uma vez que aos seus filhos já são negados desde cedo, as mais diversas oportunidades para um futuro melhor, onde as necessidades não seriam tantas.

Portanto, as pessoas de classe baixa dificilmente conseguem atingir um grau de escolaridade que lhes permita ter um conhecimento mínimo de aspectos essenciais para a sua própria sobrevivência. As crianças e adolescentes provenientes de tal

classe, não conseguem ir muito além do nível de escolaridade de seus pais, tendo que muitas vezes, desde cedo, ingressarem no mercado de trabalho para ajudar na renda familiar ou prover o próprio sustento.

Entretanto, quando passamos pela periferia de nossas cidades, principalmente nos grandes centros urbanos, podemos perceber que o único meio que estas famílias encontram para ter algum conhecimento é o de comunicação, pois em quase todas as casas, mesmo aquelas que pertencem as classes mais baixas, há aparelhos de rádio e de televisão que invadem os lares das pessoas, manipulando as suas vidas com grande poder. Portanto, o que estes meios transmitem em termos de programas educativos constitui-se ainda muito pouco, quando percebemos a sua potência. A televisão, por exemplo, desde a sua existência até os dias atuais contribuiu e tem contribuído muito pouco com tais programas, sendo um dos seus aspectos positivos que podem ser citados, as propagandas sobre a desidratação, a vacinação e a prevenção contra a AIDS, que parecem ser absorvidas por um grande contingente da população brasileira. Aqueles que detêm o poder, deveriam então utilizar estes meios de comunicação para fins mais educativos, para que a sociedade como um todo fosse beneficiada, pois não só as pessoas das classes mais baixas alcançariam resultados positivos, mas os ricos também, na medida em que hoje e a cada dia que passa os reflexos da pobreza e da miséria do nosso país estão os atingindo de uma forma ou de outra, como por exemplo, a violência que tem tirado milhares de vidas todos os anos.

As crianças e adolescentes carentes são vítimas de um processo de elevação da economia urbana-industrial concentrada nas mãos de poucos, tendo como ^{as} suas conseqüências, a existência de um elevado grau de marginalização incidindo sobre a população que não possui os recursos para prover as suas necessidades de sobrevivência, vivendo em condições de carências econômicas, sociais, políticas e culturais.

A igualdade que é tão salientada no discurso de nossos políticos, deveria ser revista antes de ser tão enfatizada, pois tal igualdade é algo que fica cada vez mais distante da realidade da sociedade brasileira, porque aqueles que detêm os meios de produção parecem apenas pensar no desenvolvimento econômico, enquanto que o social e o humano permanecem aviltados.

O crescimento econômico não significa por si só, que as necessidades básicas serão atendidas. Em um grande número de países, incluindo muitos industrializados e em desenvolvimento que viveram no passado um crescimento econômico acelerado, os 20% mais pobres não desfrutaram dos benefícios desse crescimento. No Reino Unido e nos Estados Unidos, por exemplo, a década de 80 foi um período de crescimento econômico quase contínuo, durante o qual as pessoas mais pobres pouco puderam se beneficiar deste progresso.

A recente retomada do crescimento na América Latina também ilustra este aspecto. A reforma econômica no final da década de 80 e no início da década de 90, ajudou a elevar o crescimento anual do PNB acima de 3% na América Latina como um todo. Porém, em países como o Brasil, onde a renda dos 20% mais ricos é 33 vezes maior do que a dos 20% mais pobres, os benefi-

cios de uma retomada de crescimento econômico são distribuídos de maneira tão desigual que os mais pobres usufruem muito pouco ou nada dos benefícios que deveriam conseguir (Grant, 1993, p.55).

Portanto, os vínculos entre reforma econômica, crescimento econômico e atendimento de necessidades básicas, não se manifestam positivamente de maneira automática. Políticas governamentais específicas são necessárias, não apenas para promover o tipo certo de crescimento, mas também para traduzir esse crescimento em melhorias na vida dos menos favorecidos. Economia de mercado não é a panacéia para o progresso social. E se os governos abandonam suas responsabilidades, o resultado será sociedades nas quais as desigualdades continuarão a aumentar, onde a demanda econômica vale tudo e as necessidades humanas não valem nada.

A família, sem dúvida alguma, é o primeiro contato da criança com o mundo ou pelo menos deveria ser e dependendo da sua estrutura terá conseqüências positivas ou negativas na sua formação. Existem vários tipos de famílias, aquelas por exemplo em que as condições econômicas existem, mas por outro lado, o aspecto afetivo deixa muito a desejar. Outras, em que o lado material é quase inexistente, mas o lado afetivo existe. Há outras ainda, em que, tanto o lado material como o afetivo são quase inexistentes.

Seja qual for o tipo de família em que nossas crianças e adolescentes carentes estão inseridas, há um fato que afeta todas no mundo inteiro. Os laços familiares de uma maneira geral estão se enfraquecendo cada vez mais, os membros de uma mesma família quase não têm tempo uns para com os outros.

"A burguesia arrancou à família seu véu sentimental e reduziu a relação familiar a uma mera relação de dinheiro. A parlapatices burguesa sobre a família e a educação, sobre a bendita correlação entre pais e filhos, tornou-se ainda mais irritante, pelo fato de que, pela ação da indústria moderna, todos os laços de família entre os proletários são desfeitos a força, e seus filhos transformados em simples artigos comerciais e/ou instrumentos de trabalho" (Corrigan apud Ribeiro, 1981, p.58).

Marx enfatiza o efeito da industrialização sobre a família, fazendo com que homens, mulheres e filhos jamais estejam numa casa ao mesmo tempo, impossibilitando assim a construção de um verdadeiro lar.

Na nossa atual sociedade brasileira, podemos constatar que grande parte das famílias não dispõe das condições mínimas de sobrevivência para satisfazerem as suas crianças ou adolescentes, tendo que trabalhar muito e enfraquecendo ainda mais os laços familiares.

Em virtude desta situação, o Estado tem um instrumento fundamental que são as chamadas políticas sociais para que a sociedade não se transforme num verdadeiro caos, uma vez que os salários não conseguem proporcionar o mínimo de condições básicas para as pessoas, tais políticas são uma complementação para a sua sobrevivência. Assim,

"a política social deveria ser estudada como um conjunto de orientações de caráter geral, mediante as quais diversas forças sociais procuram sustentar um determinado tipo de relações sociais, compatibilizando as aspirações provenientes dos setores não hegemônicos com o estabelecimento de mecanismos econômicos reprodutivos inerentes ao grupo determinante e facilitando a previsão de formas de comportamento social. Um conceito genérico como este nos dá a oportunidade de discernir que as normas de ação de uma estratégia social em essência são congruentes com os interesses econômicos das classes e forças sociais preponderantes, mas ao mesmo tempo possibilitam a satisfação de algumas exigências dos grupos dominados, sempre e quando estas exigências não prejudiquem aos interesses fundamentais dessas forças preponderantes" (Lima, 1977, p.13).

Portanto, as políticas sociais no contexto capitalista servem apenas como um paliativo para o sofrimento da população menos abastada, almejando assim, que a própria sociedade não entre em conflito, pois aqueles que estão no poder, temem uma revolta violenta se a satisfação das necessidades básicas dos mais fracos forem extinguidas por completo.

Para podermos entender um pouco mais da política da criança e do adolescente hoje, é necessária a compreensão da evolução da política social brasileira.

As primeiras iniciativas para a implementação de políticas sociais, foram as manifestações sociais do operariado urbano.

Em 1922 começa a funcionar o primeiro estabelecimento público de atendimento a menores no Rio de Janeiro. Em 1927, o Brasil cria o seu primeiro Código de Menores, tendo como autor Mello Mattos, juiz de menor da capital da República. Assim, o Brasil começa a implantar o seu primeiro sistema público de atenção as crianças e jovens em circunstâncias especialmente difíceis.

Em 1942, foi criado o SAM, Serviço de Assistência ao Menor, um órgão do Ministério da Justiça e que funcionava como um equivalente do Sistema Penitenciário para a população menor de idade.

Neste período surgem também outras entidades federais de atenção à criança e ao adolescente, ligadas a primeira dama do país: Legião Brasileira de Assistência (LBA); Fundação Dercy

Vargas; Casa do Pequeno Jornaleiro; Casa do Pequeno Lavrador; Casa do Pequeno Trabalhador; Casa das Meninas.

Com o fim da ditadura do Estado Novo, muda-se a Carta Constitucional, que apresenta-se cheia de idéias liberais, mas a estrutura social do Estado brasileiro continua a mesma. Devido a esse antagonismo, as decisões básicas para a consolidação da política social do Estado brasileiro se veem adiadas.

No início dos anos sessenta houveram inícios de organizações autônomas, que reivindicavam uma política social efetivamente redistributiva e auto-promotora. Nesse período, ressalta-se a criação da Campanha Nacional de Merenda Escolar, a criação do SAMDU, Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência, bem como a decadência do SAM devido ao seu caráter repressivo.

No período de 1946 a 1964 as políticas sociais passam a ser vistas como um meio para atingir outras finalidades. O gasto público passa a atender a uma dupla finalidade: fortalecer a determinados segmentos do setor empresarial e atender algumas das necessidades básicas dos segmentos mais vulneráveis da população.

Observa-se que os programas sociais, neste período, têm um claro sentido de controle social das populações pobres, reduzindo-as a objeto passivo da intervenção assistencial do Estado.

"No campo do atendimento aos direitos das crianças e jovens em circunstâncias especialmente difíceis, a atuação do Estado, neste período, foi presidida por dois dispositivos legais de grande importância:

- 1) Lei 4.513/64 que estabelecia a Política Nacional de Bem-Estar do Menor;*
- 2) a Lei 6697/79 do Código de Menores que tratava da proteção e vigilância aos menores em situação irregular" (Costa, [1990?], p.18).*

Essas duas leis se dirigiam apenas às crianças e jovens considerados em situação irregular, onde esta era vista como a incapacidade dos pais em manter os filhos.

A FUNABEM, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor veio substituir o antigo SAM. O enfoque correccional e repressivo, que via a criança e o adolescente como uma ameaça social, é substituído pelo enfoque carente. Mas na verdade o modelo correccional e repressivo de atendimento nunca foi inteiramente superado. O modelo assistencialista conviveu durante toda a sua vigência hegemônica, com as práticas repressivas herdadas do passado.

Nos anos 70, a criança e o adolescente passam a ser percebidos como sujeitos da sua história e da história do seu povo, aberto para o mundo.

Convencidos da inadequação da proposta que vinha sendo implantada, os dirigentes da FUNABEM, optam para o trabalho com as comunidades. Cria-se então o PLIMEC, Plano de Integração Menor-Comunidade, cuja função é atender a criança e ao adolescente em seu meio de origem. O PLIMEC também fracassou.

No final da década de 70, surge um novo tipo de movimento social entre a população de baixa renda. Um movimento

social que se constitui como esfera de organização e de interesse separada do Estado, ou seja, como sociedade civil.

A participação da Igreja neste processo de ação social autônoma, se deu através das CEBs, Comunidades Eclesiais de Base, levando às populações marginalizadas à ascensão a novos patamares de consciência e organização.

Na década de 80, o país elegeu um presidente civil e elaborou uma Carta Constitucional com ampla participação de vários segmentos da sociedade. Este movimento trouxe grandes realizações em favor da infância e da juventude.

Durante esta década milhares de crianças fazem da rua o seu espaço de luta pela sobrevivência. A percepção deste fato, levou a reflexões que permitiam perceber a criança de rua como a figura significativa da situação da infância e da adolescência no Brasil.

Neste período foi eleita a Coordenação Nacional do Movimento Meninos e Meninas de Rua, sendo a conquista mais importante desta época.

Com a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, em 1986, percebeu-se que este era o momento de reivindicar os direitos das crianças e adolescentes. Em setembro de 1986 foi criada a Comissão Nacional Criança e Constituinte, que iniciou um amplo processo de sensibilização da opinião pública e dos constituintes.

Na data de cinco de outubro de 1988, o Brasil incorpora a sua Carta Magna, os direitos da criança e do adolescente. E

esta vitória se deve à força do movimento social que se forjou em torno desta questão.

Com a vitória na Constituição começou-se a lutar por uma lei que regulamentasse a conquista constitucional: O Estatuto da Criança e do Adolescente. Foram três as forças que se uniram para essa conquista: o mundo jurídico; as políticas públicas e o movimento social.

O Projeto de Estatuto da Criança e do Adolescente se sustenta sobre dois pilares básicos: a concepção da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e a afirmação de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Podemos constatar que com a origem e a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, muitas coisas têm sido feitas na tentativa de serem mudadas e melhoradas, pois a partir de então, a sociedade começou a ter consciência de que a situação como estava não poderia ser mais assim. O Estatuto na realidade é a grande política das políticas sociais da criança e do adolescente, onde naquela estão englobadas todas estas e onde se luta por uma sociedade nova que crie condições para que crianças hoje marginalizadas, sejam respeitadas como cidadãos, ou seja, sujeitos de direitos. Há também a luta por uma sociedade democrática, onde o povo participe do poder e do governo e as crianças e adolescentes tenham vez e voz. É preciso que a população tenha um maior controle do poder do Estado na execução das suas políticas sociais. O Estatuto quer uma sociedade onde os frutos do trabalho de todos sejam respeitados igualmente, ao contrário do que acontece hoje, quando aqueles que tra-

balham mais, não recebem um salário justo e ainda não são valorizados pelo trabalho que executam.

O Estatuto é ainda, considerado por muitos, uma lei avançada para ser adotada num país que apresenta condições tão precárias de desenvolvimento como o Brasil, entretanto, dependerá da força de vontade de todos para que muitos padrões, hábitos e costumes sejam transformados em nossa sociedade.

Na sociedade brasileira, a criação e a implantação do Estatuto, foi vitimada posteriormente por alguns membros de nossa sociedade, ao pregarem que este instrumento dá total e absolutos direitos às crianças e adolescentes. Isto é um equívoco, na medida em que não são só direitos, mas também deveres que devem ser respeitados na ordem da lei.

Em consequência disto, o Estatuto é difamado por aqueles que são mal informados, achando que este funciona contra a sociedade. Na verdade, na medida em que este instrumento busca os princípios básicos das cidadania, ele está lutando a favor da sociedade e não contra, na defesa de todos, seja criança, adolescente, adulto ou idoso. O que este documento quer é dar direitos e deveres iguais tanto às crianças e adolescentes como aos jovens e adultos, respeitando as condições de pessoas em desenvolvimento daqueles.

No Brasil, a política social nasceu e se desenvolveu como parte de uma estratégia de intervenção e controle do Estado sobre as classes trabalhadoras no enfrentamento dos problemas sociais.

Segundo Faleiros (1989),

"a política social se manifesta como instrumento de equilíbrio do Estado, entre a ordem econômica e a ordem social, cuja contradição maior consiste, no fato de que, o Estado é gerido por uma classe dominante que o manipula a favor dos seus interesses, inviabilizando o ajustamento entre os interesses antagônicos da sociedade civil e o papel social do Estado" (Faleiros apud Oliveira, 1989, p.27).

A sociedade capitalista se produz de forma desigual ao estruturar-se na divisão entre apropriadores e expropriados. O primeiro detém os meios de produzir a riqueza, e o segundo, a força de trabalho usada no processo de produção. A desigualdade se estende à posse dos meios de vida e ao acesso aos bens e serviços disponíveis, formando-se uma rede de lugares diferenciados socialmente. Para a classe dominante, a desigualdade social é vista como algo natural, onde o pobre é considerado incapaz de ser rico, e necessário à produção da riqueza. Em consequência disto, muitas vezes surgem revoltas por parte da população, as quais são vistas como posições contrárias à ordem estabelecida e a partir disto, o controle social, por parte das classes dominantes e do Estado, se faz através da ideologia da submissão da assistência e da repressão, nestas claramente inseridas as políticas sociais.

O Estado capitalista faz políticas sociais por três motivos principais: em primeiro lugar é para reproduzir o capital; em segundo é para legitimar o seu poder e em terceiro é devido a pressão e a organização da população na luta por melhores condições de vida. Atualmente, o investimento do capital está mais voltado para a tecnologia, principalmente nos países de primeiro mundo, com a consequente diminuição de empregos. No

Brasil, pelo fato de ainda não existir uma tecnologia tão avançada, se investe muito em mão-de-obra, mesmo assim, as políticas sociais crescem lentamente. O processo de legitimação do poder poderá ser feito através da mídia, na medida em que os meios de comunicação são monopólios, enfraquecendo as políticas sociais ou os programas destinados à população. Em relação à pressão da sociedade, os movimentos sociais têm estado descrentes, diminuindo a sua organização e conseqüentemente a luta para que políticas sociais mais abrangentes e eficazes sejam implantadas.

O Estado capitalista e conseqüentemente o Estado Brasileiro, pode ser definido como uma relação social, onde diferentes grupos sociais, partidos, movimentos, tentam atingir os seus interesses. Por isto, as políticas sociais da mesma maneira que legitimam o poder, muitas vezes são condições de vida ou morte para aqueles que mais necessitam delas. Portanto, seria um equívoco afirmar que tais políticas só servem ao interesse da classe dominante, mesmo quando os seus serviços são considerados pouco eficazes. O grande problema é que as políticas sociais no Brasil, são passadas aos trabalhadores como um favor e não como um direito, assim, para aquelas pessoas menos informadas e conscientes, o Estado tem uma imagem de "bonzinho", o qual faz tudo para ajudar os menos favorecidos.

Um conjunto de fatores é responsável pelo atual padrão de política social que prevalece no Brasil, sendo responsável pelos resultados insatisfatórios que caracterizam as ações governamentais na área social, como por exemplo, sendo

"herdeira de um esquema de seguridade social corporativo e discriminatório e de uma política de assistência social tributária do clientelismo e do populismo, a política social que se desenvolveu durante o regime autoritário adotou e desenvolveu um arcabouço financeiro, administrativo e institucional que contribui, poderosamente para sua ineficácia e para sua falta de efetividade" (Fausto, 1991, p.220).

Podemos constatar que as políticas sociais brasileiras hoje, adquirem um aspecto caro, fragmentado, discriminatório, ineficiente e ineficaz, como conseqüência de um longo período, pelo qual nosso país passou e tem passado e a persistência da atual crise impede que avanços significativos se dêem na esfera social, econômica, política e administrativa. Os serviços que são prestados hoje à população, por parte do Estado, são fruto do seu próprio trabalho, uma vez que, dos seus salários são sempre descontados, mensalmente, quantias elevadas quando comparadas proporcionalmente ao valor dos mesmos, ou seja, as pessoas já ganham pouco e ainda perdem uma parte significativa na esperança de terem uma retribuição por parte do governo, sendo que esta se dá, na maioria das vezes de maneira precária, onde as necessidades da população não são realmente supridas.

Em virtude desta situação, a própria sociedade civil não está mais conseguindo cruzar os braços na esperança de que o governo satisfaça suas reais necessidades, principalmente para aquelas pessoas mais informadas e que têm condições de fazer algo pelo semelhante, há a consciência, de que a máquina burocrática estatal está deixando a desejar no cumprimento dos seus deveres perante àquela. Portanto, se estas pessoas não fizerem nada, estarão sendo cúmplices deste mesmo governo, que diariamente deixa morrer milhares de crianças inocentes como conseqüência das suas condições subumanas de sobrevivência.

Assim, a partir de algumas décadas, a sociedade civil unida tem se mobilizado e lutado pelo interesse dos mais fracos através de um mecanismo que parece estar dando certo, não só no Brasil mas no mundo, que são as chamadas organizações não-governamentais sobre as quais falaremos no próximo item.

1.2 O papel das organizações não-governamentais perante a sociedade e o surgimento do Projeto Turminha

O termo organização não-governamental ou ONG é uma expressão pós-moderna para designar as chamadas entidades sociais filantrópicas e organizações comunitárias ou populares.

Surgidas a partir dos anos 60, ligadas aos movimentos sociais comunitários, sendo estes religiosos ou não e aos movimentos sindicais, as novas organizações não-governamentais registram uma atuação sistemática e básica nas áreas sociais como a educação, saúde, alimentação, habitação, ecologia e outras junto à população mais necessitada. A capacidade de mobilização destas organizações, seu poder de atingir os seus objetivos, a sua expansão e organização interna e externa, não foram valorizados pelo poder público no Brasil. As organizações governamentais têm um certo desprezo para com as ONGs, pois na maioria das vezes preferem trabalhar sozinhas, com uma eficiência pouco convincente e sem a participação da sociedade, fazendo trabalhos que já estavam sendo feitos por aquelas organizações ou movimentos populares e comunitários menos formalizados.

Os dados que se têm registrados, raramente afirmam ter havido uma ação conjunta e consistente entre as organizações

governamentais e as ONGs, pois nada mais justo se isto viesse a acontecer, uma vez que os serviços prestados por instituições do governo cada vez menos estão dando conta do trabalho, caberia então ao Estado proporcionar uma abertura maior para as entidades não-governamentais mostrarem como trabalham, fazendo com que a população seja realmente beneficiada.

As organizações não-governamentais são financiadas por recursos internacionais e receberam crédito de confiança dos financiadores, especialmente do Banco Mundial, em período recente. A razão principal para o crescente crédito destas organizações tem sido a sua capacidade de fazer com que os recursos existentes cheguem de fato aos seus beneficiários, sendo esta uma característica debilitada nas organizações governamentais, pois, nestas, praticamente 40% dos recursos destinados aos programas sociais ficam retidos na máquina burocrática do Estado capitalista, sem saber ao certo para onde vai o restante do dinheiro. Certamente, se fizermos esta pergunta para aqueles que detêm o poder, saberiam responder, mas preferem "esconder" a situação e assim, com o passar dos tempos, poucos vão se enriquecendo às custas da população e a impunidade vai reinando em nosso país. Hoje, através da mídia temos visto alguns casos de pessoas que estão começando a ser punidas, pois enriqueceram tanto, que muitas vezes, as suas fortunas chegam a ser "incontáveis". Agora devemos refletir um pouco mais sobre estas punições, até que ponto o Estado está querendo dar um basta na corrupção que assola o país de Norte a Sul, pois não adiantará de nada punir uma meia dúzia e deixar o resto ficar como está. Todos aqueles que roubaram o que é do povo tem que pagar de alguma forma. Por estas e outras razões, as organizações não-

governamentais tem sido preferidas pelo sistema da municipalização no atendimento a crianças e adolescentes carentes.

As organizações não-governamentais, quase sempre emergem dos movimentos populares e apesar de serem associações espontâneas, sem fins lucrativos, voltadas para atender as pessoas mais necessitadas, há alguns aspectos que devem ser considerados em relação a elas.

Estas organizações, por exemplo, não são homogêneas, ou seja, existem ONGs e mais ONGs, adquirindo assim um caráter heterogêneo. As suas ações pautam-se em objetivos diversos. Há aquelas que se pautam na filantropia, ou no missionarismo religioso, ou na solidariedade de luta. Há aquelas ainda, que pautam-se na militância política ou no clientelismo político.

O objetivo final da administração das políticas sociais, algumas vezes, foge do controle social do Estado e da sociedade civil, sendo que esta falta de controle permite as ONGs uma maior autonomia e flexibilidade de ação. A autonomia e a flexibilidade podem ser utilizadas positivamente ou negativamente. Isto se dá de maneira positiva quando os serviços e recursos são utilizados visando à atender as demandas e necessidades concretas da população. Isto se fará negativamente quando os recursos e verbas existentes forem transferidos para uma outra esfera que não seja de interesse desta mesma população, reproduzindo, assim, o caráter setorial e fragmentado das políticas públicas existentes no Brasil de hoje.

As ONGs com base popular têm sua força política na própria população que representa e sabem que tal força é repri-

mida por um Estado autoritário. Para elas conseguirem a liberação de verbas por parte do Estado, é preciso que a sociedade civil faça pressão se mobilizando e organizando-se em torno daqueles serviços que empreendem. Apesar de não acreditarem neste Estado em que há a hegemonia burguesa, elas reivindicam pelo custeio dos seus serviços a serem realizados, buscando sempre a cidadania, a libertação e a emancipação das pessoas.

Segundo Falcão,

"O fato do Estado projetar uma imagem de impotência e ineficácia e ao mesmo tempo a encarnação do fisiologismo político introduz as ONGs no cenário brasileiro como uma força social necessária a neutralizar esta impotência e mesmo 'derrubar' o fisiologismo e clientelismo político; alterar as relações Estado e camadas populares" (Falcão apud Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, 1991, p.23).

A partir da hora em que as organizações não-governamentais trabalham em prol da população, podem se tornar um obstáculo para o próprio Estado, pois a sociedade civil unida constitui-se num entrave para a perpetuação do tipo de política que aquele costuma adotar. Por outro lado, quando não assumem o devido compromisso com a sociedade civil, tornam-se cúmplices e aliadas do Estado burguês, fazendo com que a população sofra ainda mais com o sistema vigente.

As ONGs brasileiras, em sua grande maioria, nasceram em função e em consequência da luta política da sociedade civil contra o regime autoritário que se implantou, para servir ao grande capital em 1964. Em virtude disto, surgiram contra o Estado e mais ainda contra a economia de mercado que dominava aquele, reprimindo assim, a própria sociedade.

Durante as décadas de 60 a 80, o processo democrático que vigorava no Brasil estava muito restrito, a sociedade tinha pouco espaço para expressar as suas reivindicações, sendo que as ONGs desenvolvem pequenos projetos, apoiam os movimentos de resistência, compartilhando a clandestinidade de muitos deles, não têm acesso aos meios de comunicação de massa e nem aos recursos governamentais, sobrevivendo graças a solidariedade das nações, a chamada cooperação internacional ao desenvolvimento, onde as ONGs do hemisfério norte passam recursos às do sul em sentimentos de solidariedade ou de culpa por terem enriquecido através da desigualdade internacional.

No Brasil, O Estado e a economia de mercado não apoiaram o surgimento destas entidades, uma vez que os seus princípios não eram os mesmos e a sua criação baseada na luta da população, constituía-se em uma desvantagem dentro da doutrina do sistema capitalista. Assim, mesmo com o desprezo do Estado e do mercado durante décadas, estas entidades em nosso país lutaram e conseguiram sobreviver graças, sem dúvida, ao apoio internacional.

As ONGs, que foram implantadas novamente no governo Fernando Collor de Melo, tem razões sobejas para serem contra o Estado. Já o neoliberalismo, prega a quase inexistência do Estado, achando que o mercado dará conta de satisfazer as necessidades da população. As ONGs ao contrário, acham que o Estado não deve ser eliminado ou chegar a sua quase inexistência, mas o mesmo deve ser transformado e desprivatizado, melhorando ao máximo as suas políticas sociais no atendimento à população. Portanto,

"as ONGs querem democratizar o mercado, significando a erradicação da onipotência do capital, submetendo ao controle democrático da sociedade e ao Estado restabelecer o seu caráter público. Elas são contra o autoritarismo do Estado, mas jamais chegaram a propor a sua substituição pelo mercado" (Souza apud Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, 1991, p.25).

As ONGs sabem que o Brasil atual foi formado muito mais como consequência das forças do mercado do que do Estado, ou de um mercado que se apropriou e privatizou o Estado eliminando a sua dimensão social e democrática. O Brasil de hoje é consequência da economia de mercado, onde poucos conseguiram usufruir do processo de riqueza e a grande maioria vive em um estado de miséria e pobreza absoluta alcançados apenas por aqueles países mais pobres do mundo.

O mercado brasileiro tem a mania de riqueza e o hábito de exclusão, não cabendo nele o conjunto da sociedade brasileira. As ONGs, muitas vezes, não se sentem bem em relação ao Estado, como consequência do seu caráter autoritário e anti-social. Mas também, estas organizações não se sentem bem em relação à atitude do mercado, como consequência do seu caráter excludente e individualista, contrários aos princípios democráticos e humanitários que devem ser agilizados na construção de uma nova sociedade, não aderindo assim a sua doutrina. Portanto, essas organizações têm uma visão e uma crítica diferente em relação ao Estado daquelas manifestadas pelo neoliberalismo, isto não significa dizer que não existem ONGs que em certas circunstâncias e lugares queiram substituir o estado na prestação de serviços à comunidade ou ao mercado no que se refere as chamadas atividades produtivas. Isto aconteceu e acontece com

ONGs da América Latina e da Ásia, mas não tem sido a característica específica das ONGs brasileiras.

A experiência das ONGs brasileiras fez com que surgissem profundas desconfianças em relação ao Estado e ao mercado. Naquilo que se referiu ao Estado, sofreram o autoritarismo e do mercado a crueldade e irresponsabilidade na exclusão social.

No Brasil e em quase todos os países do mundo, onde a economia de mercado impera, especificamente para aqueles que estão em fase de desenvolvimento, partindo daquelas pessoas mais conscientes e informadas, sabe-se que tal mercado dificilmente será capaz de solucionar as grandes questões do desenvolvimento no que se refere aos seus problemas sociais e humanos. Partindo do Estado, devido aos acontecimentos que têm sido de uma ou de outra forma denunciados e devido a perda constante de credibilidade perante a sociedade, acredita-se cada vez menos, que este possa assumir efetivamente a responsabilidade das suas políticas diante do estado de pobreza e miséria da maioria da população brasileira. Estas diferenças de objetivos das ONGs, do Estado e do mercado, dificultam um engajamento nas suas relações atuais.

As ONGs brasileiras através das suas experiências sabem que o discurso neoliberal pregando a quase inexistência do Estado não tem como ser afirmado e consolidado dentro do sistema capitalista moderno, uma vez que este sistema vive às custas dos serviços prestados pelo Estado. Um exemplo bem claro disto, é a sociedade americana que está a beira de um caos, querendo privatizar todos os serviços fundamentais para o atendimento à população. Sabemos que mesmo nas sociedades mais desenvolvidas,

havendo a privatização de serviços considerados prioritários para a população, muitas pessoas ficarão sem o devido atendimento, pois não terão condições financeiras para tal.

As organizações não-governamentais brasileiras durante o período autoritário, viveram como já citado anteriormente, praticamente na clandestinidade, reduzidas ao espaço mínimo permitido por um Estado repressivo que tentava abolir a existência da sociedade civil. Aprenderam a sobreviver nos pequenos espaços. Com a liberação da sociedade e do Estado, a partir, principalmente, da nova Constituição, as ONGs estão desafiadas a saírem da clandestinidade, a ocuparem os espaços públicos e assumirem o desafio de exercerem a cidadania.

"Portanto, não cabe às ONGs acabar ou pretender substituir o Estado, mas colaborar para sua democratização. Não cabe às ONGs produzir para o conjunto da sociedade os bens e serviços que o mercado não é capaz de produzir, mas propor uma nova forma de produzir, e distribuir que supere os limites da lógica do capital. Cabe às ONGs trabalhar para universalizar todos os valores éticos de sua própria experiência ao conjunto da sociedade" (Souza apud Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, 1991, p.26).

Assim, para que as sociedades capitalistas do mundo e especificamente a brasileira possam exercer a democracia plenamente e inserida nesta a cidadania, é preciso que o Estado, o mercado e todas aquelas organizações e movimentos que se originam da sociedade civil trabalhem conjuntamente, pois cada um pode dar a sua contribuição, melhorando a vida de milhares de pessoas.

Há dois campos nas quais as entidades não-governamentais costumam atuar: aqueles formados pelas ONGs que se dedicam à

assistência social e ONGs que se dedicam à defesa de direitos e à educação popular.

É cada vez maior o número de instituições não-governamentais que surgem no mundo inteiro na preocupação com o sofrimento alheio, atendendo assim desde crianças e adolescentes a idosos, de jovens a adultos, permeando todos os aspectos de seu cotidiano, como por exemplo, a alimentação, a educação, saúde, habitação, meio ambiente.

"Em Santa Catarina, 963 mil dos 4,5 milhões de habitantes são indigentes. Entre as cidades catarinenses, Lages é a campeã da miséria. Em segundo, está Joinville, e na terceira colocação encontra-se Florianópolis" (Diário Catarinense, 13/06/1993).

Assim, em nosso Estado e mais especificamente na grande Florianópolis, as instituições não-governamentais têm contribuído muito nos problemas referentes à pobreza e à miséria, entre as quais o Projeto Turminha que atende crianças e adolescentes carentes desde 1988, provenientes dos bairros Jardim Ilha Continente, Capoeiras e suas adjacências como o Morro do Flamengo, Via Expressa, Comunidade Chico Mendes e Santa Teresinha I, desempenha um importante papel diante da realidade social e econômica destas que são provenientes da periferia da capital.

O Projeto Turminha, sendo uma instituição não-governamental, enquadra-se nos dois tipos de ação citados anteriormente, pois esta também faz assistência na medida em que passa a atender em alguns casos as necessidades mais prementes da sua população. Porém, esta Instituição não se restringe apenas a prática da assistência, pois busca o exercício da cidadania, onde a educação e a conscientização são passadas para as pessoas que dela participam.

Assim, as ONGs podem adquirir várias posturas e aquelas que se enquadram dentro da educação popular estão dispostas a assumir o compromisso com a sociedade, eliminando todos os obstáculos e formas de manipulação daqueles que detêm o poder e que não querem enfrentar a situação de frente. Já as entidades de assistência social, apesar de serem imprescindíveis no atendimento às necessidades imediatas da população, não é o único caminho para que as pessoas adquiram a sua plena cidadania, pelo menos enquanto perdurarem as suas atuais formas de ação.

"O papel das ONGs na década de 90 é pura e simplesmente propor à sociedade brasileira, a partir de sua posição na sociedade civil, uma nova sociedade cuja novidade não estará no fato de ser brasileira, mas na condição e qualidade universal de ser democrática. Uma sociedade capaz de se assumir como sociedade de todas as pessoas e destinada a trabalhar pela felicidade geral capaz, portanto, de erradicar, como prioridade absoluta, a pobreza e a miséria e promover o desenvolvimento de si com humanidade em toda sua diversidade e complexidade. Definir e propor essa qualidade é o desafio específico, não exclusivo, que as ONGs devem responder para fazerem jus à sua própria existência num mundo onde a humanidade está sendo negada de forma sistemática pelo Estado e pelo mercado. Contribuir para superar essa realidade é o papel das organizações não-governamentais. Não basta não ter os vícios do Estado e do mercado, é necessário agora demonstrar para que servem as nossas idéias e virtudes"
(Souza apud Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, 1991, p.26-27).

Assim, as organizações não-governamentais, têm um grande papel a desempenhar até o final deste século, para que possamos entrar no próximo com novas perspectivas de vida e quando olharmos para o passado, ficarmos felizes pela situação atual estar melhorando. Portanto, todos deverão assumir este compromisso, tanto a sociedade civil como a sociedade política, entre as quais, o Projeto Turminha como veremos a seguir, está engajado neste movimento na medida em que almeja a não marginalização das crianças e adolescentes de Florianópolis.

CAPÍTULO II
O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DAS FAMÍLIAS
DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PROJETO TURMINHA

2.1 A Instituição Projeto Turminha diante da realidade social e econômica das crianças e adolescentes

O surgimento do projeto Turminha, fez com que a comunidade fosse sensibilizada para assumir o trabalho de valorização humana e social das crianças e adolescentes carentes do bairro de Capoeiras e adjacências, na Campanha da Fraternidade em março de 1987, através de pesquisas, estudos sobre a realidade social da comunidade, encontros de reflexão.

A fragilidade das relações familiares, como consequência da miséria, cria um clima desfavorável e ameaçador que leva a criança e o adolescente a procurar a rua como única alternativa de fuga do sofrimento e busca de esperança. Assim, havendo na comunidade, crianças e adolescentes que perambulam pelas ruas, tornam-se desde cedo, pessoas susceptíveis a vícios, prostituição, vadiagem, etc.

Em vista de tal realidade, foi encaminhado para a FUNABEM e o Recriação no mês de fevereiro de 1988 todo o projeto

com os dados de integração, caracterização e informações complementares com a finalidade de se obter verbas para o início e andamento do mesmo.

Apesar de não haver a liberação de verbas dos órgãos governamentais, começou em fevereiro a reunir-se uma equipe, periodicamente, a fim de tratar da organização do Projeto, onde cada voluntário se prontificou a ensinar uma atividade como: crochê, tricô, corte-costura, arte culinária, bordado. Esta equipe fez uma pesquisa nos colégios Anibal Nunes Pires e Edite Gama Ramos na qual foram identificadas 215 crianças necessitadas e por não haver condições de atender a todo esse número, foi feita uma seleção das crianças mais carentes com o seguinte resultado: 20 crianças a serem atendidas no turno da manhã das 08:30 às 11:30 horas e 20 crianças no turno da tarde das 14:00 às 17:00 horas. Além disto, foram feitos diversos pedidos em missas a fim de que o povo auxiliasse.

A equipe encaminhou diversos ofícios com pedidos de ajuda nos quais teve a ampla atenção dos seguintes colaboradores: 1ª UCRE, Panificadora Pão Real, Panificadora Cinco Estrelas, Angeloni Supermercados com a Campanha do Troco da Bondade, EMCATA (empresa de arroz), Livrarias Catarinense, Transporte Coletivo Estrela Ltda., Dr. Alípio (médico-clínico geral), Dr. Dilson Althoff (dentista), Koerich, Dr. Jorge Inchauste (roupas Marisol), Eclea (INAMPS), Macedo Koerich, Dr. Haylor Delambre Dias (oftalmologista), Mercearia Casa Verde, Açougue Silva, Dna. Amália e tantas outras pessoas onde a contribuição foi de fundamental importância.

Assim, iniciou-se no dia 09 de maio de 1988, o trabalho propriamente dito com a denominação de Projeto Turminha de Capoeiras, sendo todo ele através de colaboração voluntária, sensibilizado com os menores carentes.

Os dois grupos foram atendidos num amplo salão paroquial de Capoeiras que contava com infra-estrutura de cozinha, banheiro, bar, etc.

AS ESCOLAS HÁBITO

Os objetivos principais deste projeto são: proporcionar à criança e adolescente oportunidade de desenvolvimento sadio, prestando-lhes atendimento na área da educação, lazer, saúde, além da assistência material, social e espiritual; reintegrar a criança e o adolescente à família, comunidade e escola através de um trabalho de apoio ao grupo familiar; motivar a participação e integração comunitária.

Os menores carentes foram atendidos diariamente em regime de externato, recebendo alimentação, complementação escolar e desenvolvendo atividades artísticas, recreativas, culturais, artesanais e religiosas.

Nos primeiros quinze dias foram feitas reuniões para integração, adaptação e planejamento das atividades oferecidas pelo Projeto ao grupo. Conforme o dia-a-dia do grupo foi estabelecido escalas de voluntários.

Apesar de ser o primeiro ano de atuação, o Projeto Turminha conseguiu que as crianças melhorassem o seu rendimento escolar.

No dia 28 de novembro de 1988, foi realizada a primeira reunião com os pais onde foram feitas, na presença das mães, perguntas sobre o que acham do Projeto; se deveria continuar em 1989 e se foi válido seu filho ou filha ter participado. Em síntese, todas as respostas foram positivas e a reunião foi muito proveitosa, tanto para as mães quanto para o Projeto Turminha.

Neste primeiro ano de trabalho desenvolvido pelo Projeto Turminha, algumas dificuldades e problemas devem ser destacadas como: despreparo do voluntariado que, esporadicamente, se mostrou desinformado e fora do processo formativo das crianças, sendo que esta irregularidade impedia o crescimento das mesmas, além de ser um voluntariado que serve para agir e pouco para pensar; falta de pessoas disponíveis para dar atendimento psicológico para as crianças maiores, na medida em que estas necessitam de mais apoio e orientação; falta de pessoas especializadas para atender à profissionalização com geração de renda na faixa dos doze anos para cima.

Podemos concluir, que a Instituição Projeto Turminha pouco teve a contribuição do governo para o seu surgimento, sendo a própria sociedade civil que se mobilizou e se organizou na procura de um lugar onde essas crianças e adolescentes pudessem ter um espaço e fossem vistas cada qual como seres individuais, que têm uma história, uma vida, sonhos e fantasias a serem realizados.

No decorrer de todos estes anos, desde o seu surgimento, esta Instituição sempre passou por dificuldades, mas os esforços para a sua manutenção tem tido retribuição, pois a

cada ano que passa os seus serviços tem melhorado e cresce a quantidade de pessoas que tem auxiliado, dando assim oportunidades para que outras crianças também sejam beneficiadas.

Atualmente, o Projeto Turminha atende a 113 crianças originadas de 60 famílias, sendo que há mais outras 50 crianças na espera de vaga. O trabalho funciona em dois locais sobre a coordenação de (Elisabete Maria Eleotero) desde fevereiro de 1993. Um encontra-se numa casa ao lado da Secretaria Paroquial de Capoeiras e o outro numa casa localizada no Morro do Flamengo, de onde provem grande parte das crianças, sendo o espaço muito limitado para o desenvolvimento das atividades.

Existem treze voluntários: dois de enfermagem, cinco de artesanato, dois para o reforço escolar, um na dança, um cabeleireiro e dois para aulas de teatro no atendimento direto às crianças e adolescentes. Estas ainda recebem duas refeições no período em que se encontram no Projeto, além de roupas ou suplementos de alimentação nos finais de semana para aquelas famílias mais carentes.

No dia 08 de janeiro deste ano, foi iniciado o trabalho com alguns adolescentes do Projeto Turminha na Empresa de Reciclagem de Papel. A pequena empresa foi montada com a ajuda do Comitê de Ação pela Cidadania dos empregados da Caixa Econômica Federal. O trabalho teve início com nove adolescentes, juntamente com outros seis garotos atendidos por outra entidade. Este trabalho tem o objetivo de reciclar o papel que é jogado fora, além de ocupar os meninos e educá-los, valorizando-os e responsabilizando-os quanto ao trabalho desenvolvido. Os garotos devem estar estudando e ter um bom desempenho. Todos os

garotos que passarem por este processo receberão orientação dos educadores, acompanhamento médico e odontológico. As crianças recebem meio salário mínimo e a renda da reciclagem vem para o Projeto Turminha para realizar o trabalho com as suas 113 crianças.

A organização não-governamental Projeto Turminha se baseia no apoio comunitário desde o seu surgimento, através da doação de mão-de-obra voluntária e as equipes de apoio para as promoções. Houve a criação de doadores fixos, como a doação de pão; do Angeloni Supermercados que há seis anos dá a sua contribuição semanal; doação da Orionópolis Catarinense que doou o local onde funciona a Instituição e que também está sob a direção do padre Jaci Rocha, dando transporte, complementação alimentar e material didático. Há também os doadores esporádicos.

Neste quadro de doação comunitária, está se tentando fazer com que a própria comunidade tenha consciência da importância da sua contribuição. Também tem sido constituído um grupo de engenheiros e arquitetos para a construção de um novo ambiente. O alvará para a construção já foi conseguido, mas por falta de reorganização dos estatutos e conscientização das autoridades, a obra ainda não foi iniciada.

O trabalho do Projeto Turminha, além da ajuda comunitária procura envolver os poderes públicos, fazendo convênios com várias entidades. Há por exemplo, o convênio com o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - CBIA, que dá uma ajuda anual, geralmente no final do ano. Há também convênios com o setor público federal, através da Universidade Federal de Santa Catarina, que contribui na área da Odontologia e Serviço So-

cial. Antigamente havia também estagiários de Enfermagem, hoje a Instituição conta apenas com voluntários. O Serviço Social conta com três estagiárias e a assistente social da Orionópolis, que uma vez por semana, todas as terças-feiras, faz um trabalho com as famílias das crianças e adolescentes do Projeto Turminha. A Odontologia tem dois estagiários na área de prevenção. A parte curativa é feita pelo dentista da Orionópolis. Em relação aos órgãos estaduais, a Secretaria da Administração e Justiça faz doações esporádicas à Instituição. No setor público municipal, há o apoio parcial da COMCAP - Companhia de Melhoramentos da Capital - que fornece alimentos básicos e apesar de não serem suficientes, esta ajuda é imprescindível. Neste setor há também os eventuais auxílios junto a Secretaria de Educação que fornece material didático. Está sendo pleiteado um convênio para o pagamento dos funcionários, cujo processo está em tramitação na Câmara dos Vereadores. Atualmente, ainda, os pagamentos são feitos pela Orionópolis. No ano passado foram conseguidas as primeiras doações esporádicas da AFLOV que é uma entidade de assistência social da prefeitura, conseguindo inserir no orçamento participativo a prioridade para a educação. A partir desta prioridade conseguiu-se também uma dotação orçamentária para 1994, através de um vereador do Bairro Capoeiras.

Portanto, o trabalho realizado no Projeto Turminha, a cada ano que passa, tem aumentado a quantidade de pessoas que, de uma ou de outra forma, contribuem para a sua manutenção, na esperança de que as necessidades sejam supridas e os serviços melhorados.

Assim, diante da situação em que vivem as crianças e adolescentes carentes que freqüentam o Projeto Turminha, a Instituição tem poucos dados sobre o ambiente familiar e a realidade social e econômica de cada uma delas, limitando-se apenas ao nome das crianças, dos pais e seus respectivos endereços, além de em muitos casos não possuí-los por completo.

Portanto, no decorrer da prática do primeiro semestre do estágio, ao entrarmos em contato com as crianças e adolescentes, percebemos um grau de carência muito grande nestas e ficamos imaginando como eram as suas condições de vida, desde o aspecto econômico até a estrutura do ambiente familiar.

No Projeto Turminha, neste segundo semestre de 1992, havia também como estagiárias de Serviço Social, Marisa Franco e Carla Flâmia, sendo que esta acadêmica estava fazendo a terceira e última fase de seu estágio no Projeto, pois anteriormente realizou a sua prática em outra instituição, mas devido a ocorrência de alguns problemas mudou-se para o Projeto Turminha. Esta estagiária durante aquele período, começou a aplicação do seu projeto de pesquisa, propondo-se então, em virtude da própria realidade da Instituição ter poucos dados sobre a realidade das crianças e adolescentes, a fazer um perfil social e econômico das famílias, através de um formulário que seria aplicado com entrevistas domiciliares, pois nenhum trabalho deste tipo havia sido realizado.

Assim, ainda no segundo semestre de 1992, juntamente com Carla Flâmia na aplicação de seus formulários, começamos a participar das suas entrevistas na comunidade Morro do Flamengo. Esta etapa foi muito importante porque ainda não tínhamos

feito contato com as famílias, pois até este momento, apenas com as crianças, adolescentes e funcionários do Projeto Turminha. Nas famílias com quem tivemos contato, a receptividade foi muito boa. No decorrer de cada entrevista, Carla Flâmia procurou deixar bem claro qual o motivo das perguntas que estavam sendo feitas as pessoas e com boa vontade elas procuravam dar a sua contribuição. Portanto, ao término deste semestre, o número de entrevistas necessárias para a pesquisa da estagiária foi concluído.

No segundo semestre de estágio, o contato com a comunidade continuou, mas não através das entrevistas, este ocorreu com visitas domiciliares e reuniões com os pais. As visitas domiciliares aconteceram basicamente porque a criança ou adolescente chegava ao Projeto Turminha com problemas oriundos do seu ambiente familiar ou porque começaram a faltar a Instituição pelo mesmo motivo. Um destes problemas que pode ser citado, segundo a própria criança, é o fato de seu pai ou mãe ter lhe surrado sem motivo algum. Então, através dessas visitas domiciliares, procuramos saber realmente o que estava acontecendo. Além dos motivos provenientes do ambiente familiar, constatamos também em alguns casos, problemas com a própria Instituição e mais especificamente com os seus funcionários, pois algumas crianças se recusavam a frequentar o Projeto devido a intrigas com os mesmos.

As reuniões começaram a ser realizadas mensalmente com a coordenação da Maria Elisabete Eleotero, pois até este momento estas eram realizadas de maneira esporádica. Desde a surgimento do Projeto Turminha, sempre que estas reuniões ocorrem, a

presença dos pais era pequena, então procuramos incentivar bastante as pessoas a participarem deste evento e a terem consciência do significado da importância da sua participação.

No final do segundo semestre de estágio, realizamos uma reunião na qual estavam presentes a coordenadora do Projeto Maria Elisabete Eleotero, a supervisora de campo Simone Matos Machado, a assistente social da Orionópolis Catarinense Silvana Medeiros, eu e a outra estagiária de Serviço Social, Marisa Franco, para decidirmos que rumo o trabalho do Serviço Social tomaria, porque nosso estágio não poderia mais ficar apenas na realização de visitas domiciliares e na participação da realização das reuniões com os pais, pois era preciso fazer algo que realmente contribuísse para o trabalho desenvolvido na Instituição.

O trabalho a ser feito foi a realização de uma nova pesquisa com a elaboração de um novo formulário, no qual teriam questões pertinentes a realidade social e econômica das famílias, para que este perfil fosse detectado com a sua devida aplicação, dando continuidade e aprofundando o trabalho realizado pela outra estagiária de Serviço Social, Carla Flâmia, nos comprometendo de fazer esta aplicação com as cinquenta e duas famílias do Projeto Turminha, ou seja, eu e Marisa realizaríamos metade, cada uma, deste total. Além disto, nos comprometemos de deixar arquivado na Instituição os formulários, posteriormente a sua aplicação, pois até o presente momento este trabalho não havia sido realizado.

Portanto, o objetivo dessa pesquisa foi contribuir para um trabalho mais eficaz dentro do próprio Projeto Turminha,

pois praticamente quase nada se sabia a respeito das famílias destas crianças e adolescentes. Ao averiguarmos os documentos que já existiam se referindo aquelas famílias, constatamos que em alguns casos não haviam nem o nome dos pais ou endereços, sendo estes, aspectos básicos que qualquer Instituição deve ter arquivado. Assim, na elaboração do formulário procuramos abordar aspectos que realmente ajudassem a Instituição, fazendo com que os seus funcionários, principalmente os educadores que tem contato diariamente com as crianças e os adolescentes, ao conhecerem um pouco mais da sua realidade, pudessem melhorar ainda mais o trabalho com eles.

Assim, no começo da última fase do estágio, a elaboração do formulário foi concluída e começamos a aplicação dos pré-testes através das entrevistas domiciliares com as famílias nas comunidades. Na comunidade Morro do Flamengo foram realizadas oito pré-testes, pois demos preferência a esta comunidade na aplicação dos primeiros formulários, pelo fato de já termos um certo conhecimento das pessoas que ali residem, já que em outras comunidades, de onde provinham algumas das crianças e adolescentes do Projeto Turminha, além de serem mais distantes, tivemos um certo receio de nos aproximar das pessoas que ainda não conhecíamos.

A cada pré-teste realizado sempre extinguíamos ou modificávamos alguma questão. No decorrer deste processo percebemos que algumas perguntas seriam desnecessárias ao trabalho desenvolvido no Projeto Turminha, decidindo então retirá-las, ao passo que outras que não existiam ainda, ao entrarmos em contato com as famílias, foram consideradas. Assim, a conclusão

definitiva do formulário tornou-se um pouco cansativa, mas o trabalho foi fundamental para que pudéssemos alcançar nossos objetivos.

Então, a partir da conclusão dos oito pré-testes, após várias reformulações do formulário, este estava pronto para ser aplicado em todas as comunidades de onde provinham as crianças e adolescentes do Projeto Turminha.

Assim, através de entrevistas domiciliares, começamos na metade do último semestre de estágio, a ficarmos diariamente em contato com as crianças e suas respectivas famílias para traçarmos o perfil social e econômico da sua realidade. O contato com as crianças foi necessário, porque grande parte dos endereços era de difícil acesso e a localização só era possível ao voltarmos juntamente com elas para as suas casas, ao final de cada dia de atividade no Projeto. Assim, localizávamos a residência e já conversávamos com a respectiva mãe para marcarmos a data da entrevista. Alguns dos endereços eram realmente muito complicados para chegarmos e tínhamos receio de não sabermos voltar no dia marcado para a entrevista, mas por sorte isto não ocorreu.

Portanto, o formulário contendo oitenta e uma perguntas foi aplicado, utilizando uma amostragem cujo percentual foi de 45%, ou seja, de um total de 52 famílias, foram feitas visitas domiciliares com 23, através das quais foram detectados aspectos como: estrutura familiar, escolaridade, frequência ao Projeto Turminha, condições econômicas, condições habitacionais, saúde, relação Projeto Turminha e família, relacionamento familiar, vida associativa e lazer. Apesar do formulário ter sido

um pouco extenso, todas as perguntas são importantes para o trabalho que é desenvolvido por todos aqueles que trabalham no Projeto Turminha, seja a coordenadora, os educadores, a assistente social ou os voluntários.

No próximo item é relatada a pesquisa sobre o perfil social e econômico das famílias das crianças e adolescentes do Projeto Turminha, onde são utilizadas tabelas enfatizando alguns aspectos e outros que também são divulgados apesar de não serem tabulados. É importante ressaltar que vinte perguntas deste formulário não são relatadas no decorrer desta pesquisa, pelo fato de não ser tão importante para o alcance dos objetivos da mesma, pois estas se desviam do perfil social e econômico que é mostrado na presente monografia.

2.2 A realidade social e econômica das famílias das comunidades de onde provêm as crianças e adolescentes do Projeto Turminha

Nesta segunda e última parte deste Trabalho de Conclusão de Curso, mostraremos a realidade social e econômica das famílias do Projeto Turminha, onde os principais aspectos estão evidenciados através das tabelas.

Portanto, as seguintes tabelas mostram alguns aspectos da estrutura familiar como: a quantidade de pessoas que compõem uma mesma família; o estado civil destas pessoas; a procedência dos adultos que residem na mesma casa e ainda a religião de cada família.

Tabela 1 - Composição familiar

Composição Familiar	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Menos de 05 membros	7	29%
05 membros	7	29%
Mais de 05 membros	9	42%
TOTAL	23	100%

Tabela 2 - Estado civil

Estado Civil	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Solteiro	3	12%
Casado	9	42%
Concubinato	11	46%
TOTAL	23	100%

Tabela 3 - Procedência

Procedência	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Florianópolis	14	33%
Interior do Estado	25	58%
Outro Estado	04	9%
TOTAL	43	100%

Obs.: A procedência é constatada a partir das pessoas adultas da mesma residência, geralmente o casal ou ainda, outro parente como os avós e os tios.

Tabela 4 - Religião

Religião	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Católica	16	71%
Budista	2	8%
Cristão	1	4%
Crente	1	4%
Nenhuma	3	13%
TOTAL	23	100%

A tabela 1 nos dá uma visão em relação a composição familiar da qual provêm as crianças e adolescentes do projeto Turminha.

O fato de serem crianças e adolescentes carentes já é um indicio para que elas sejam provavelmente provenientes de famílias em que o número de pessoas não seja tão pequeno. Em geral, o número de filhos é grande, pois as mães muito novas e inexperientes, sem o conhecimento e consciência dos métodos anti-conceptivos, acabam tendo um número elevado de gravidez, o que acaba tornando as condições de vida mais difíceis ainda. Muitas mães se dizem arrependidas por terem colocado tantos filhos no mundo e, se porventura acontecesse mais uma gravidez em suas vidas, isto seria um grande castigo. Uma das mães das famílias mais problemáticas comentou o seguinte: "Se arrependimento matasse eu já estaria morta, pois se pudesse entregaria todos ao Juizado de Menores, não agüento mais esta vida sofrida".

De acordo com a tabela 2, o estado civil caracteriza-se pela maior incidência no casamento e no concubinato. As pessoas

tendem a ter mais de um parceiro e em muitos casos, os filhos não são todos do mesmo pai. Apesar de o casamento em nossa sociedade ter uma grande importância na vida das pessoas, percebe-se como consequência da própria estrutura familiar de que provinham estas pessoas, permeada de dificuldades, que elas preferem arrumar logo um parceiro e sair de casa, na esperança de melhorar de vida. O estado civil caracterizado pela viuvez, apareceu apenas em uma das famílias, mas esta mulher encontra-se amasiada com o seu companheiro há sete meses.

Em relação à procedência, conforme a tabela 3, a grande maioria destas famílias é proveniente do interior do Estado. As pessoas permanecem um tempo de sua vida na sua cidade natal e posteriormente resolvem migrar para a capital, pois costumam pensar que encontrarão mais oportunidades na esperança de elevar o seu padrão de vida.

De acordo com a tabela 4, em relação à religião, há a predominância do catolicismo, consagrado oficialmente como a religião dominante no Brasil. A presença de outras religiões como indica a tabela, nos mostra que as pessoas estão buscando outras formas de se orientarem, pois algumas delas já haviam sido católicas e agora buscam novas filosofias de vida.

A seguir, mostraremos o nível de escolaridade dos adultos das famílias.

Tabela 5 - Escolaridade dos adultos

Escolaridade dos pais	Incidência	
	Absoluta	Relativa
1º ano do Primeiro Grau	5	12%
2º ano do Primeiro Grau	4	9%
3º ano do Primeiro Grau	3	7%
4º ano do Primeiro Grau	8	19%
5º ano do Primeiro Grau	6	14%
6º ano do Primeiro Grau	3	7%
7º ano do Primeiro Grau	2	5%
8º ano do Primeiro Grau	6	14%
1º ano do Segundo Grau	1	2%
2º ano do Segundo Grau	-	-
3º ano do Segundo Grau	1	2%
Nunca estudou	4	9%
TOTAL	43	100%

Obs.: O nível de escolaridade foi constatado a partir das pessoas adultas da mesma residência, como o pai, a mãe ou outros parentes.

Através da tabela 5, podemos concluir que o grau de escolaridade das famílias das crianças e adolescentes do Projeto Turminha é bastante baixo, pois ter o primeiro grau já está sendo considerado muito pouco quando se quer conseguir um emprego. No entanto, as pessoas destas famílias dificilmente conseguem concluir o primeiro grau. A grande maioria permanece no primeiro ciclo do primeiro grau, ao passo que muitas ainda não conseguem concluí-lo. Estas, em grande parte, não sabem ler e escrever, aumentando o índice de analfabetismo, pois o tempo que estudam não é o ideal para assimilarem aquilo que é necessário e com o passar dos anos, acabam esquecendo o pouco que aprenderam. Para estas pessoas, concluir o segundo grau se

transforma num sonho e estudar numa universidade não é o seu objetivo principal.

O analfabetismo constitui-se num aspecto negativo para o desenvolvimento em todos os sentidos, de qualquer sociedade. O indivíduo que não sabe ler e escrever, ou não tem conhecimento de coisas básicas para até mesmo poder viver melhor, sofre um processo de estagnação, no tempo e no espaço, não acompanhando a evolução do mundo. No Brasil, a taxa de alfabetização de adultos entre as mulheres permeia na faixa de 80% e entre os homens 83% (Grant, 1994, p.76).

Em consequência de nosso país ter uma sociedade predominantemente machista e, apesar de nas últimas décadas ter havido uma mudança de valores, as mulheres ainda ficam atrás em relação ao acesso à educação e a inserção no mercado de trabalho. Existe também uma alta taxa de evasão entre as crianças que iniciam o primeiro ciclo do primeiro grau, principalmente entre as meninas. Hoje, cerca de 90% de todas as crianças dos países em desenvolvimento matriculam-se na escola, porém, em muitos países, a metade abandona a escola antes de completar a quarta série, e antes de ser alfabetizada. O cumprimento da meta de educação básica para todas as crianças, depende, portanto, da implementação de medidas que evitem a evasão escolar (Grant, 1993, p.46).

Aliado ao estudo defasado de nossas escolas, isto tudo faz com que as pessoas permaneçam alienadas do mundo e muito pouco informadas em assuntos essenciais para o próprio bem-estar. É um círculo vicioso, pois os filhos parecem ir no mesmo caminho, alguns, quando chegam à quarta ou quinta séries já

desistem, outros ainda quando comparamos proporcionalmente as suas respectivas idades com as séries, estão atrasadas de três a quatro anos.

Assim, a educação é um dos problemas emergentes em nosso país, visto que milhares de crianças e adolescentes não conseguem concluir, ao menos, o primeiro grau. O futuro de uma criança e adolescente se diretamente relacionado com o seu grau de instrução, desde cedo deixa muito a desejar.

A entrada muitas vezes tardia à escola, os freqüentes abandonos temporários, a repetência, o atraso etário com relação à série e, finalmente, a saída definitiva, constituem fases do caminho escolar, sendo estigmatizante e corroedor da auto-estima das crianças e adolescentes carentes. Isto tudo faz com que estes ingressem no mercado de trabalho precocemente e não voltem a estudar mais.

A educação básica, especialmente nos casos em que esta educação provavelmente só poderá ser ministrada durante alguns anos, devia oferecer à criança o conhecimento das regras e das responsabilidades que assumirá no futuro. E, uma vez que a criança de hoje será o pai ou a mãe de amanhã, e também o portador das informações para seus próprios pais, não deveria deixar a escola sem os conhecimentos atuais básicos sobre como proteger os anos mais vulneráveis da infância, da maneira mais eficaz e menos dispendiosa.

Segundo Grant (1993, p.39), toda criança deve deixar a escola tendo alguns conhecimentos essenciais como:

- os elementos básicos da boa alimentação;
- a importância do aleitamento materno, os riscos do aleitamento por mamadeira e as necessidades de alimentação especiais da criança;
- os enormes benefícios do planejamento responsável do tamanho da família e da programação consciente com relação à época para se ter um filho e ao espaço entre os partos;
- a importância da água limpa e do saneamento básico, da higiene doméstica e da prevenção de doenças;
- o que fazer no caso das doenças mais comuns, especialmente doenças diarreicas e tosse e resfriados, e em que ocasião é essencial recorrer à ajuda de um agente de saúde treinado;
- fatos básicos sobre questões ambientais locais e globais, e sobre o que os indivíduos e as famílias podem fazer para preservar a integridade do meio ambiente;
- o princípio de que as meninas têm as mesmas habilidades básicas, o mesmo potencial, as mesmas necessidades e os mesmos direitos que os meninos, e que devem ter a mesma educação, o mesmo status e as mesmas oportunidades que eles.

Portanto, de uma maneira geral, as pessoas das famílias do Projeto Turminha até entram na escola, o difícil é conseguir concluir os estudos e os motivos apresentados por elas são os mais diversos, como, a falta de condições financeiras com a conseqüente entrada no mercado de trabalho, a interrupção dos estudos para cuidar de alguém na família, gravidez, casamento, falta de incentivo da família ou ainda porque rodou em um ano e desanimou.

Constata-se também, através das suas falas, que estas pessoas têm vontade de retornar aos estudos algum dia, mas o que se percebe é que a sua própria condição de vida, impede a concretização deste sonho, dão assim, prioridade ao estudo dos filhos, pois já que não tiveram a oportunidade de estudar, querem que eles estudem.

Em relação a toda esta situação, observamos que há um ciclo vicioso da pobreza, onde aos filhos dos pobres são negadas as oportunidades para um pleno desenvolvimento, a partir da qual melhoraria certamente o seu nível de vida. Assim, de acordo com o contexto em que o país se encontra, os pobres continuarão a ser mais pobres e os ricos mais ricos. Cabe ao governo, principalmente, também tentar solucionar estes problemas, caso contrário o discurso continuará sendo diferente da prática, já que a lei assegura que toda criança ou adolescente tenha como um dos seus direitos básicos a educação.

A seguir, mostraremos as condições econômicas dessas famílias, onde são destacadas as suas profissões, a remuneração e o direito de possuir a carteira assinada.

Tabela 6 - Profissão/Atividade

Profissão/Atividade	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Empregada Doméstica	5	14%
Reciclador de Papel	4	11%
Faxineira	3	8%
Padeiro	3	8%
Servente de Pedreiro	3	8%
Biscateiro	2	5%
Costureira	2	5%
Pedreiro	2	5%
Ajudante/Descarregar caminhão verdura na feira	1	2%
Auxiliar de Creche	1	2%
Auxiliar de Montador	1	2%
Borracheiro	1	2%
Carpinteiro	1	2%
Chapeador	1	2%
Gari	1	2%
Mecânico	1	2%
Pintor	1	2%
Porteiro	1	2%
Serviço Geral de Manutenção	1	2%
Vendedora de bordados e chocola- te caseiro	1	2%
Viajante Marítimo	1	2%
Motorista de Caminhão	1	2%
Não Trabalha	3	8%
TOTAL	41	100%

Obs.: Nesta tabela estão incluídos os adultos e as crianças trabalhadoras. Dos vinte e três formulários aplicados, constata-se que, de um total de cento e vinte e seis pessoas, trinta e oito trabalham para poderem prover os bens necessários a sua sobrevivência e ainda em três destas famílias nenhuma pessoa está trabalhando.

Tabela 7 - Remuneração

Remuneração	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Menos de 01 salário mínimo	6	16%
01 salário mínimo	12	32%
01 salário mínimo e meio	8	21%
02 salários mínimos	7	18%
02 salários mínimos e meio	2	5%
03 salários mínimos	2	5%
03 salários mínimos e meio	-	-
04 salários mínimos	-	-
04 salários mínimos e meio	-	-
Mais de 05 salários mínimos	1	3%
TOTAL	38	100%

Obs.: Não foi constatada nenhuma pessoa que ganha entre três salários mínimos e meio a seis salários mínimos e meio. Apenas um trabalhador que é mecânico ganha sete salários mínimos e meio.

Tabela 8 - Carteira de Trabalho Assinada

Carteira de Trabalho Assinada	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Sim	18	47%
Não	16	42%
Autônomo	4	11%
TOTAL	38	100%

Observando a tabela 6, podemos perceber que em relação às mulheres, as profissões de empregada doméstica e faxineira são as mais destacadas, sendo que todas possuem uma dupla jornada de trabalho. Há outras profissões com menor incidência

como, costureira, auxiliar de creche e ainda vendedora de bordados e chocolate caseiro. Em muitos casos, elas sustentam a família sozinhas, pois o pai das crianças vive um tempo com a mãe e posteriormente a abandona, como se não tivesse responsabilidade alguma para com ela ou com os seus próprios filhos. Assim, os seus filhos precisam trabalhar e a profissão de reciclador de papel se refere àqueles adolescentes do Projeto Turminha, cujas famílias, o Comitê da Ação pela Cidadania dos empregados da Caixa Econômica Federal, tem-se mobilizado e se esforçado em ajudar. Alguns destes adolescentes também, desde crianças, começaram a ajudar em casa, através de atividades como, vendedor de jornal, picolé ou cuidando de carros no centro da cidade e apesar de parecer pouco, significava muito para o "ganha pão" destas famílias.

Em relação aos homens, as profissões mais destacadas são a de padeiro e servente de pedreiro. Há outras profissões ou atividades como, biscateiro, pedreiro, ajudante para descarregar caminhão na feira, auxiliar de montador, borracheiro, carpinteiro, chapeador, gari, mecânico, pintor, porteiro, serviço geral de manutenção, viajante marítimo e motorista de caminhão.

Enquanto que em algumas famílias podemos observar a batalha pela sobrevivência no seu cotidiano, em outras percebemos o comodismo em que, ao invés de irem à luta, ficam aguardando, na esperança de que alguém as ajude. Em um destes casos, a mãe foi abandonada com dez filhos pelo companheiro, sendo que o filho mais velho está hoje com quinze anos. Esta mãe não trabalha e nem pensa em trabalhar, pois sobrevive com a ajuda

de outras pessoas, pois ao verem os seus filhos nas condições em que vivem e numa atitude de compaixão, procuram ajudar esta família de alguma forma, como por exemplo, doando alimentação e roupas. Portanto, esta mãe sabe apenas reclamar de sua vida aos outros.

De acordo com a tabela 7, a remuneração é bastante baixa, girando em torno de um salário mínimo. Outros ainda, não conseguem ganhar nem um salário mínimo, e percebemos que atualmente e a cada dia que passa, o salário mínimo brasileiro fica mais defasado, sendo um dos piores do mundo. Há alguns anos, este mesmo salário conseguia suprir as necessidades de uma família constituída de pai, mãe e dois filhos, hoje ele não dá conta de satisfazer as necessidades de um só pessoa.

Conforme a tabela 8, o número de pessoas que não têm carteira assinada, também é bastante alto, pois sem esta o trabalhador fica sem os seus direitos fundamentais estabelecidos pela lei. Há algumas pessoas, que trabalham como empregadas domésticas e que não possuem carteira assinada, comentar que ficam sem jeito de pedir ao patrão este direito, pois acham que este já é muito bom e as ajuda demais.

As pessoas foram também indagadas a respeito de qual classe social elas acham que pertencem e por que pensam assim. A grande maioria diz pertencer a classe média, pois se compara a outros que são mais pobres, e são desta classe porque ainda têm o que comer e onde morar, não chegando a passar tantas necessidades. Aqueles que acham que pertencem a classe baixa explicam que é porque o salário que ganham é um "salário misé-

"miséria", considerando o número de filhos ou o baixo poder aquisitivo para comprar algo a mais ou construir uma nova casa e não conseguem.

As tabelas seguintes, mostram as condições habitacionais das famílias, onde são destacados alguns aspectos como: condições da moradia; características do imóvel; quantidade de peças; número de vezes que se mudou; existência de água e energia elétrica na residência.

Tabela 9 - Moradia

Moradia	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Própria	18	78%
Cedida	03	14%
Alugada	01	4%
Comodato	01	4%
TOTAL	23	100%

Tabela 10 - Característica do Imóvel

Característica do Imóvel	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Alvenaria	12	52%
Madeira	09	39%
Mista	02	9%
TOTAL	23	100%

Tabela 11 - Quantidade de Peças

Quantidade e Peças	Incidência	
	Absoluta	Relativa
02	05	19%
03	03	17%
04	01	4%
05	08	38%
06	06	22%
TOTAL	23	100%

As condições habitacionais destas famílias deixam a desejar. Na tabela 9, observamos que a quase totalidade das pessoas possui, embora de maneira precária, a casa própria. O desejo de se ter uma casa própria, sem depender de aluguel ou favor dos outros é constatado nos depoimentos das pessoas.

As casas de alvenaria, conforme a tabela 10, aparecem com maior destaque, mas o que se observa é que estas um dia também foram de madeira, sendo que no decorrer dos anos, as famílias vão construindo, aos poucos, uma casa de material. Em muitas casas de alvenaria, faltam ainda, o reboco e a pintura.

De acordo com a tabela 11, estas casas são de tamanho pequeno quando as comparamos com o número de pessoas que as habitam. As peças são caracterizadas pela cozinha, banheiro, sala e quarto. Em muitas dessas casas, há apenas uma sala que serve ao mesmo tempo de quarto, cozinha e com uma divisão para o banheiro que pode ser dentro de casa ou fora. Em algumas destas famílias pesquisadas, o que podemos perceber é que todos

os seus membros dormem no mesmo quarto, sendo que a privacidade que deveria existir entre o casal e os filhos é inexistente. Assim, desde cedo, as crianças presenciam cenas de sexo dos seus próprios pais ou então da sua mãe com um novo parceiro.

Tabela 12 - Número de vezes que se mudou

Número de vezes que se mudou	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Nunca	2	8%
1	3	13%
2	5	22%
3	6	26%
4	3	13%
5	2	10%
6	1	4%
7	1	4%
TOTAL	23	100%

Tabela 13 - Existência de água na residência

Existência de água na residência	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Sim	21	91%
Não	02	9%
TOTAL	23	100%

Tabela 14 - Existência de energia elétrica na residência

Existência de energia elétrica na residência	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Sim	22	96%
Não	01	4%
TOTAL	23	100%

As famílias também costumam se mudar bastante, como mostra a tabela 12, sempre em busca de uma moradia melhor. As condições do sistema de esgoto são ainda bastante precárias, quando se trata de uma moradia no perímetro urbano. Na Comunidade Chico Mendes, onde residem algumas crianças e adolescentes do Projeto Turminha, ao passarmos pelas ruas, podemos observar em quase toda sua dimensão, valas abertas passando na frente das casas, onde há poucos metros de distância, elas brincam, sujeitas a contraírem as mais diversas doenças.

A falta de saneamento básico é um dos fatores que leva muitas pessoas a ficarem doentes, pois o que podemos ver nas periferias das cidades, em seus pontos mais críticos é o esgoto correndo a céu aberto na frente das casas.

No Brasil, a porcentagem da população com acesso ao saneamento básico, gira em torno de 84% na área urbana e apenas 32% na área rural (Grant, 1994, p.68).

Assim, uma das principais conseqüências nos últimos tempos em nosso país é a epidemia da cólera, que tem afetado principalmente a região Nordeste, onde a pobreza está mais concentrada. A falta de saneamento básico e o acesso à água limpa faz com que as pessoas, no desespero pela sobrevivência,

utilizem e até mesmo bebam água de fontes muito perigosas, nas quais o vibrião da cólera já se instalou.

Em relação à instalação de água e energia elétrica, as comunidades de onde provêm as crianças do Projeto Turminha parecem ter praticamente sanado este problema. De acordo com a tabela 13, apenas em duas das famílias é constatada a inexistência de água e uma delas também não possui energia elétrica.

Todas as comunidades de onde provêm as crianças e adolescentes do Projeto Turminha possuem iluminação pública. A Comunidade Chico Mendes conseguiu iluminação pública apenas este ano através da sua mobilização. Nesta comunidade e também em todas as outras de onde provêm estas crianças, com exceção do Morro do Flamengo, não há calçamento nas ruas.

Nas seguintes tabelas, vemos as condições de saúde dessas famílias, onde são detectados alguns aspectos como: problemas nos serviços de atendimento de saúde; conhecimento de métodos anticoncepcionais e a sua utilização com resultados positivos; o exame pré-natal durante a gestação; vício na família.

Tabela 15 - Problemas nos serviços de saúde

Problemas nos serviços de saúde	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Sim	14	61%
Não	09	39%
TOTAL	23	100%

Tabela 16 - Conhecimento de método anticonceptivo

Conhecimento de Método Anticonceptivo	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Sim	23	100%
Não	-	-
TOTAL	23	100%

Tabela 17 - Uso de método anticonceptivo com resultado positivo

Uso de Método Anticonceptivo com resultado positivo	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Sim	07	31%
Não	04	17%
Não utiliza	05	22%
Nunca utilizou	04	17%
Já fez laqueadura	03	23%
TOTAL	23	100%

Tabela 18 - Pré-natal na gestação

Pré-Natal na Gestação	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Sim	17	74%
Não	06	26%
TOTAL	23	100%

Tabela 19 - Vício na família

Vício na Família	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Sim	15	65%
Não	08	35%
TOTAL	23	100%

Quando doentes as pessoas costumam recorrer ao posto de saúde ou ao hospital. Cerca de 78% ou 18 destas famílias dão preferência ao posto de saúde quando o caso não é tão grave, do contrário, procuram o Hospital Florianópolis que é o de mais fácil acesso e menor distância das suas residências.

Em relação a tabela 15, constatamos que mais da metade dessas pessoas encontra alguma dificuldade, como por exemplo, a demora e o mau-atendimento. No posto de saúde, de acordo com o relato dessas pessoas, elas saem de casa ainda de madrugada para pegarem as fichas a fim de ser atendidas, sendo que se não forem os primeiros da fila não conseguem o atendimento para o mesmo dia e quando atendidas, são vítimas do mau-atendimento e da má vontade dos funcionários. Segundo estas famílias, o atendimento no Hospital não é muito diferente, mas é um pouco melhor, assim, as pessoas são atendidas mais rapidamente e o mau-atendimento é menos freqüente.

A situação da saúde, assim como a da educação, alimentação, habitação e o atendimento a outras necessidades básicas da população brasileira não poderia ser diferente, podemos dizer até que se trata de um problema igual ou mesmo mais emergencial, devido ao caos em que se encontra e por estar direta-

mente relacionado com o risco de vida que milhares de pessoas estão correndo ao precisarem dos serviços de atendimento de saúde. Os funcionários que trabalham na área pouco podem fazer, pois, com os baixos salários e com a precariedade dos serviços fica difícil atender bem tantas pessoas ao mesmo tempo. O descaso que o nosso governo está tendo em relação à saúde é vergonhoso, as políticas sociais adotadas, os poucos investimentos feitos, a onda de corrupção dentro das instituições a nível federal, estadual e municipal fazem com que as pessoas, com menor poder aquisitivo, sofram ainda mais.

Em relação aos recursos para a área da saúde, há uma redução de 7 para 3,7 bilhões de dólares que mal darão para cobrir metade das necessidades do Sistema Unificado de Saúde (Jornal Popular de Saúde, 1993, p.1).

Com esta diminuição dos recursos, podemos nos perguntar para onde vão as arrecadações dos impostos. Há só uma palavra diante disto, a corrupção desenfreada no Estado, governo, Congresso e todos aqueles que de alguma maneira têm o controle das verbas sociais. Estas pessoas jamais serão atingidas, uma vez que tendo dinheiro não precisarão ficar numa fila esperando horas para serem atendidas, isto quando são atendidas, pois o que temos visto ao chegarmos num hospital ou mesmo através dos meios de comunicação que agora estão tendo um pouco mais de abertura, são pessoas que, às vezes doentes, têm que ficar deitadas no chão sem ao menos ter uma maca, esperando por um bom tempo pelo atendimento e no caso de algumas, acabam morrendo antes ou quando atendidas são vítimas de funcionários mal-humorados, descarregando todas as suas tensões nos doentes.

Em relação ao conhecimento de métodos anticoncepcionais, de acordo com a tabela 16, todas as mães já ouviram falar em pelo menos um deles, sendo a pílula a mais conhecida e para aquelas mães geralmente com um nível de instrução maior há também o conhecimento de outros meios como a tabelinha, o DIU, a camisinha e a injeção. Quanto ao uso destes métodos, percebemos um alto grau de desinformação das mulheres. Um número ainda pequeno de mulheres tem utilizado estes métodos com conseqüências positivas. Algumas mães tomam a pílula de maneira errada e acabam engravidando. Isto foi o que aconteceu com uma das mães das crianças do Projeto, que ao reconciliar-se durante um final de semana com o pai de seus filhos, tomou uma caixa de comprimidos de uma só vez, resultando numa nova gravidez. Outras mães preferem não utilizar nenhum dos métodos, uma vez que já os haviam utilizado, principalmente a pílula também por seus efeitos colaterais. Há algumas mulheres que também nunca utilizaram nenhum dos métodos anticoncepcionais. Na fala de um casal durante uma entrevista, o marido comentou:

"a minha mulher não precisa deste tipo de coisa, porque Deus é quem sabe quantos filhos tem que mandar para a gente e até hoje estamos tendo sorte porque só nos mandou três filhos. Deus tem sido muito bom".

Outras mulheres já fizeram a laqueadura, mas quando olhamos para seus filhos, podemos perceber que já passaram de três ou quatro. Assim, estas mulheres, demoram para ter consciência, pois de acordo com o seu nível de vida, um número elevado de filhos só tende a piorar a situação.

De acordo com a tabela 18, o exame pré-natal durante a gestação é caracterizado por um índice elevado, 74%, mas quase todas as mães costumam fazê-lo quando já têm vários filhos. Antes desconheciam este exame ou não sabiam da sua importância.

Podemos concluir, que estas mulheres no começo de seus relacionamentos, seja por casamento ou concubinato, são totalmente desinformadas, além do que, os seus parceiros também não sabem muito mais do que elas. Depois de terem um número elevado de filhos, algumas são abandonadas pelo companheiro e começam a ver a realidade de outra forma.

Em relação aos vícios, conforme a tabela 19, o cigarro é o mais comum de todos. Em algumas destas famílias, pode não existir o dinheiro para comprar comida, mas para o cigarro arranja-se, enquanto isto as crianças passam fome. O alcoolismo aparece em 17% das famílias e as drogas, entre as quais a maconha, recebe destaque em 13%, geralmente sendo o pai que as utiliza, acarretando assim uma deterioração no ambiente familiar, como por exemplo, a agressão física em mulheres e crianças.

Portanto, as crianças e adolescentes carentes provêm, em sua maioria, de famílias cuja organização e estrutura estão muito fragilizadas, desde o aspecto econômico ou material, até o lado afetivo, onde problemas como drogas, alcoolismo, conflitos, agressões fazem parte do seu cotidiano.

Em relação à saúde das crianças e adolescentes do Projeto Turminha, o piolho é também um grave problema, pois apesar de já ter havido palestras, ensinando formas de combatê-lo,

muitas mães continuam reclamando que limpam a cabeça de seus filhos e quando chegam na Instituição, eles acabam pegando de outras crianças, sendo assim suspensas injustamente. O problema maior, é que algumas mães ainda não têm plena consciência em relação ao cuidado diário da higiene de seus filhos, para que este problema possa ser completamente sanado, pois continuam a achar que isto é uma responsabilidade do Projeto Turminha. Assim, além de prejudicarem a saúde de seus próprios filhos, causam um grande transtorno para as outras crianças e suas famílias, e também para os próprios funcionários da Instituição.

As tabelas seguintes, mostram alguns aspectos da relação da família com a Instituição Projeto Turminha como: os pontos positivos e negativos da mesma; a maneira de participação dos familiares no Projeto; e ainda a ocorrência de alguma mudança no comportamento da criança e do adolescente após a sua entrada na Instituição. Há também outros aspectos que são mostrados, apesar de não terem sido tabulados.

Tabela 20 - A relação com o Projeto

A Relação com o Projeto	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Pontos positivos e negativos	13	55%
Apenas pontos positivos	10	45%
TOTAL	23	100%

Tabela 21 - Participação das famílias no Projeto

Participação das Famílias no Projeto	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Reunião	18	77%
Reunião e festas	05	23%
TOTAL	23	100%

Tabela 22 - Mudanças

Mudanças	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Sim	20	86%
Não	03	14%
TOTAL	23	100%

Ao serem indagadas sobre qual o motivo de seus filhos participarem do Projeto Turminha, a resposta mais freqüente das mães é "para que eles não fiquem na rua aprendendo o que não presta". Segundo elas, o estar na rua significa um desvio daquilo que deveria ser o melhor caminho, como por exemplo, estudar para terem um futuro em que não passem tantas dificuldades como passam atualmente. Elas acham que as suas comunidades estão cheias de crianças e adolescentes que só querem saber de "vadiar", não querendo nada com os estudos e o medo delas está justamente no fato de seus filhos começarem a fazer parte destes grupos, que certamente os levará para o caminho da marginalidade, onde a prostituição, o uso e o tráfico de drogas e roubos tem espaço para se constituírem. Assim, ao estarem no Projeto Turminha, as crianças e adolescentes não têm tempo para

ficarem na rua, pois durante o outro turno do mesmo dia, eles estão freqüentando a escola, restando como tempo livre apenas a noite, quando as suas mães, que em sua maioria trabalham, já tem chegado em casa, podendo cuidar melhor de seus filhos. Algumas mães comentam que é um sossego para elas o fato de existir o Projeto Turminha, tendo alguém que realmente cuide dos seus filhos, caso contrário, eles certamente estariam perambulando pelas ruas e adquirindo maus-hábitos. Outro ponto enfatizado pelo qual se dá a participação das crianças e adolescentes no Projeto, é a alimentação que é fornecida, pois as condições financeiras destas famílias torna difícil alimentar todas as pessoas da casa.

Assim, podemos perceber, conforme a tabela 20, apesar de estas crianças e adolescentes estarem numa instituição que lhes ajuda bastante, mais da metade destas famílias, além de apontarem os seus pontos positivos, também destacam os seus pontos negativos, sendo que muitos destes tem sido os mesmos para as diferentes famílias. Outras famílias vêem apenas os seus pontos positivos.

Os pontos positivos mais citados são o reforço escolar, pois as crianças fazem os seus deveres da escola no Projeto Turminha, pois esta é uma das funções dos educadores, mesmo porque os pais muitas vezes, têm um nível de escolaridade inferior ao de seus filhos, não tendo condições para tal tarefa. Estas crianças também precisam de muita paciência das pessoas que as ensinam, pois na maioria das vezes, têm um raciocínio lento, apresentando dificuldades na aprendizagem, estando atrasadas nas suas séries quando comparamos com as suas respectivas

idades. A alimentação, como citada anteriormente, é um outro ponto muito importante do Projeto Turminha, revelado pelas mães durante os seus comentários. Devido ao fato desta Instituição funcionar de segunda a sexta-feira, as crianças durante a semana têm o que comer, sendo os finais de semana o período mais crítico, pois algumas famílias realmente não têm dinheiro para comprar comida, conseqüentemente aquelas acabam passando fome. Para as famílias mais carentes, mesmo nos finais de semana, através da coordenadora do Projeto, sempre tem sido enviadas a estas famílias, alguns mantimentos para aliviar a fome. Porém, deve ser mencionado que em duas destas famílias, as mães vendem ou trocam tais mantimentos para adquirirem cigarro. Outro ponto ainda apontado é o apoio e o carinho que as crianças recebem das pessoas que trabalham no Projeto, como os educadores, as cozinheiras e a atual coordenadora que, para algumas mães, após o seu trabalho na coordenação desde o ano passado, tem feito com que o Projeto evoluísse bastante. O fato de serem crianças e adolescentes carentes, este apoio e carinho é de fundamental importância no seu desenvolvimento, pois assim recebem estímulo para, principalmente, continuarem a estudar. O padre Jaci também foi elogiado por algumas mães pelo seu interesse de arrumar emprego para alguns adolescentes na Empresa de Reciclagem de Papel, sendo que as crianças que continuam desempregadas esperam ansiosas por uma vaga.

Em relação aos pontos negativos, o mais citado é o fato de haver suspensões das crianças por parte de alguns educadores, sendo que estas se dão por motivos considerados insignificantes. Assim, as crianças são mandadas embora e as mães não ficam sabendo qual foi o motivo. A pedido delas, deveria ser

enviado um bilhete para que possam ficar informadas do que aconteceu com os seus filhos no Projeto, pois algumas moram longe da Instituição. Os educadores também não deveriam deixar as crianças saírem do Projeto quando elas querem, pois muitas mães reclamam de isto ter acontecido com os seus filhos, achando perigoso porque ao invés de se dirigirem para casa, ficam perambulando por outros lugares. Algumas crianças já pegaram até carona com desconhecidos para voltarem para casa. Um outro aspecto que desagrada as mães, é o fato de as crianças se agredirem através de "palavrões", outras já acham que há educadores que são muito autoritários com os seus filhos, devendo ser mais compreensíveis com eles, reclamando que um daqueles deixou as crianças sem almoço porque elas tinham lhe desobedecido. Um outro fator de crítica e indignação por parte de algumas mães é o fato do Projeto Turminha e mais especificamente o Padre Jaci, ter rotulado os seus filhos de "meninos de rua", pois para elas, eles são apenas crianças carentes e apesar de suas condições financeiras não serem as melhores, estas crianças e adolescentes possuem uma família e alguém que as cuide, não precisando ficar jogadas pelas ruas como os "pivetes" ou "trombadinhas".

Quando indagadas sobre o que as crianças costumam falar do Projeto Turminha, as mães respondem em sua totalidade que elas gostam muito de estar lá e algumas chegam até ficar tristes quando acontece algo e não podem ir. Apenas uma das crianças reclamou que há muita briga entre elas dentro do Projeto.

Observando a tabela 21, podemos notar que as famílias costumam participar do Projeto Turminha através das reuniões

com os pais e das festas, mas esta participação se dá principalmente nas reuniões. Estas são realizadas mensalmente e a coordenadora do Projeto é quem as coordena. Geralmente são as mães que participam, os pais dificilmente comparecem. A presença dos pais sempre foi uma dificuldade, talvez como consequência da própria sociedade machista brasileira, onde os homens, por hábito ou tradição, acham em quase sua totalidade, que são as mães as únicas responsáveis pelo que diz respeito aos seus filhos, restando-lhes como obrigação apenas sustentá-los. Por isso, eu e a outra estagiária de Serviço Social, no decorrer de nossa prática, sempre passávamos pela comunidade, nas casas das famílias convidando-as para tal, ressaltando a importância também da presença do pai. Entretanto, mesmo com este trabalho, a presença de algum pai à reunião continuou a ser uma raridade. Estas reuniões são feitas com o objetivo de prestar informações, realizar dinâmicas de grupo e alguma palestra sobre algum assunto referente ao cotidiano destas pessoas, como por exemplo, violência, agressividade, relacionamento familiar. Até o final do ano passado, a presença dos pais não era obrigatória e havia uma grande dificuldade para que realmente estivessem presentes. Assim, a partir deste ano, algumas regras tiveram que ser impostas para que esta participação aumentasse. A regra primordial que foi imposta é a presença de alguém da família, caso contrário, a criança ou adolescente não poderá entrar no dia seguinte. A partir de então, a presença das mães tem se dado quase totalmente, ocorrendo a ausência somente no acontecimento de algum problema. Ao indagar estas mães sobre qual o motivo que as levam a estas reuniões, algumas alegam que é porque se não comparecerem, os seus filhos não têm o direito de

entrar no dia seguinte. Outras comentam que é para ficarem informadas do que acontece no Projeto Turminha, com os seus filhos e também, para darem opinião ou fazerem reivindicações.

Portanto, podemos perceber que o motivo pelo qual as mães realmente comparecem às reuniões, é o fato de seus filhos não poderem entrar no Projeto Turminha no dia seguinte, apesar de serem poucas que afirmam isto, pois anteriormente quando ainda esta regra não tinha sido imposta, a presença delas era muito pequena.

As famílias também foram indagadas sobre qual assunto gostariam de ter mais informações através das palestras e os mais citados foram: relacionamento familiar, educação, agressividade, violência, saúde, alcoolismo e drogas.

Na aplicação dos formulários, foi perguntado as mães como é o relacionamento delas e dos seus filhos com as pessoas que trabalham no Projeto Turminha e aquelas disseram ter um bom relacionamento com estas, sendo que em alguns casos já houveram discussões com as mesmas por causa das próprias crianças ou adolescentes.

Quanto às atividades que as crianças realizam quando estão no Projeto Turminha, das vinte e três mães, apenas uma não soube responder o que seus filhos fazem lá. As outras mães conseguiram citar pelo menos duas atividades, entre as quais o reforço escolar foi o mais enfatizado.

A grande maioria destas famílias, acha que o Projeto Turminha pode melhorar ainda mais os seus trabalhos, através de algumas sugestões, como por exemplo, havendo um espaço maior

para o desenvolvimento das suas atividades, uma quantidade maior de material pedagógico e outros tipos de atividades, principalmente para os adolescentes, achando que estes desenvolvem poucas atividades. Deveria também haver menos suspensões e se possível uma outra maneira de punir as crianças, além disto, segundo a sugestão de algumas mães a existência de um psicólogo seria muito importante, porque existem muitas crianças revoltadas e também para orientar os próprios pais como devem proceder na educação dos seus filhos. Com esta pergunta percebe-se que as mães estão bem engajadas e conscientes daquilo que acontece e é feito pelo Projeto Turminha, sendo um sinal bastante positivo, pois ao estarem informadas, elas podem ter um poder maior de decisão dos próprios caminhos a serem seguidos pela Instituição.

Algumas destas famílias acham que o Projeto Turminha tem algum tipo de obrigação em relação a elas, como, continuar existindo e melhorar os trabalhos ou quando acontecer algo com as crianças, aquelas devem ser imediatamente avisadas, já que se prontificaram a ficar com elas. A grande maioria pensa que o Projeto não tem obrigação alguma, pois já fazem demais, sendo um favor não deixá-las ficar na rua.

Em relação à mudança no comportamento das crianças, após a entrada delas no Projeto Turminha, conforme a tabela 22, a grande maioria das mães acha que elas progrediram de alguma forma, como por exemplo, algumas ficaram mais educadas, estudiosas, caprichosas, outras mais espertas, ativas, interessadas. Outras ainda, mais amigas e calmas, melhorando no relacionamento com as pessoas. Apenas uma das mães comentou que os

seus filhos pioraram ficando mais inteligentes nas suas respostas malcriadas e no mais não notaram diferença alguma no comportamento de seus filhos.

Nas seguintes tabelas são abordados alguns aspectos referentes ao relacionamento familiar como: se a gravidez das mulheres destas famílias foi planejada ou não; objetivo do casal ter ou não mais filhos; além de outros aspectos que não são tabulados.

Tabela 23 - Característica da gravidez

Característica da Gravidez	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Não esperada	64	70%
Planejada	27	30%
TOTAL	91	100%

Tabela 24 - Pretensão de ter mais filhos

Pretensão de ter mais Filhos	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Sim	04	17%
Não	19	83%
TOTAL	23	100%

Observando a tabela 23, podemos perceber que as mulheres destas famílias, na maioria das vezes, engravidam sem ter ao menos uma perspectiva, de poderem planejar quantos filhos desejam e qual a época mais propícia de suas vidas para que

isto aconteça. Muitas destas mulheres casam-se ou vão viver com alguém, ainda muito jovens, com muito pouca ou nenhuma informação. Algumas o fazem para fugir da situação em que viviam com as suas famílias, passando por necessidades de todos os tipos como, a falta de dinheiro, alimentação, roupas, educação, carinho, excesso de autoridade dos pais, enfim, uma série de razões que as faziam pensar que ao saírem de casa seria diferente.

Portanto, logo no começo de sua vida sexual, estas mulheres já engravidam, sem ao menos ter condições para o seu sustento e do companheiro, sendo que a própria criança ao nascer começa a ser atingida por estas dificuldades. O mais grave é que elas não param no primeiro ou no segundo filho e quando tornam-se mais conscientes, já tiveram um grande número de gravidez e então mais informadas, procuram algum meio anticoncepcional para se precaverem. Algumas, como mostrado anteriormente na tabela 17, fazem a laqueadura ou utilizam a pílula, o DIU, a injeção, com o objetivo de realmente parar de engravidar. Outras continuam engravidando e no desespero, fazem de tudo para perder a criança, através de chás, injeção ou utilizando outros meios que só prejudicam a própria mãe e a criança. Uma destas mães que teve dez filhos, comentou que sempre engravidava com o intuito de que seu companheiro ficasse com ela para sempre, pois de vez em quando ela descobria que ele tinha uma nova amante e posteriormente quando percebeu que isto não resolvia o seu problema, a cada gravidez tentava perder a criança de alguma forma, chegando a tomar uma garrafa de vinho de uma só vez, porque haviam lhe dito que era bom para perdê-la, desmaiando logo em seguida. O resultado disto é que hoje as suas crianças são bastante agressivas e revoltadas. Assim, isto

aconteceu com quase todas estas mulheres, pois geralmente depois da terceira gravidez, as demais eram rejeitadas, havendo um esforço contínuo para perdê-las. Apenas em uma destas famílias, a mãe planejou os seus treze filhos, pois ela queria um filho a cada ano porque achava que gravidez era saúde e nas demais quando o filho era planejado isto ocorria apenas em relação ao primeiro ou ao segundo filho.

Assim, como consequência de não ter acesso as informações, estas famílias geram crianças que são indesejadas e esta rejeição muitas vezes influi diretamente no comportamento delas. O planejamento familiar então deveria ser acessível a todos em uma sociedade, entretanto ele é compartilhado apenas pelas classes mais privilegiadas, que além de terem dinheiro, possuem também o conhecimento.

Os profissionais da saúde deveriam ter também consciência da importância da implantação do planejamento familiar em todas as sociedades, pois este seria uma das soluções para serem evitadas tantas mortes maternas e de crianças anualmente. Para a implantação do mesmo é preciso que a sociedade seja bastante democrática, onde a cidadania é exercida, dando assim o direito as pessoas de poderem escolher quantos filhos querem e na época que acham melhor.

A maioria dos partos não desejados entra na categoria de alto risco, assim, o planejamento familiar poderia evitar um número significativo de mortes maternas. Reduziria também, o número de abortos de risco, que hoje são responsáveis por mais de 100 mil mortes de jovens por ano. O planejamento familiar contribuiria também para prevenir o surgimento de complicações,

pois de um quarto a um terço de todas as mortes maternas, ocorrem quando a mulher tem muitos partos, como por exemplo, mais de quatro, ou quando a mulher é muito jovem, no caso de ter menos de 18 anos de idade ou mais de 35 anos (Grant, 1993, p.48).

Em relação a pretensão de ter mais filhos, conforme a tabela 24, poucas famílias o desejam e o motivo mais alegado para isto é a própria condição financeira, pois, segundo a declaração de algumas delas, tudo está muito caro, além do que, elas pensam já ter o número suficiente de filhos ou até ultrapassado este limite. Há também comentários como: "*viver nesta sociedade é muito difícil, tudo está muito liberado*". Um outro motivo que aparece é o fato de as crianças não terem um pai fixo ou então por este ter algum vício como o álcool ou as drogas, atingindo assim a própria estrutura familiar. Entre as famílias que pretendem ter mais filhos, pode ser citada novamente a mulher que teve treze crianças e pensa que gravidez é saúde, quando ela comenta que devido a sua idade, adotará uma criança cuja mãe atualmente está grávida e é muito pobre, não tendo condições de cuidar do bebê quando nascer.

Quando estas famílias são indagadas se o casal costuma conversar sobre a maneira de educar os filhos, a grande maioria das mães diz que não tem este tipo de diálogo com o companheiro. Em alguns casos, a mãe diz ser a única que cuida da educação dos seus filhos e que o pai não se envolve ou então porque o casal pensa muito diferente, não havendo realmente qualquer tipo de diálogo. As outras famílias dizem que costumam ter este tipo de diálogo, mesmo porque é o pai quem tem mais autoridade

sobre os filhos, ou então porque procuram tomar as decisões juntos. Uma das mães comenta que costuma conversar não só com o marido, mas também com todos os filhos juntos, principalmente na hora do almoço em assuntos até como a AIDS.

Quanto ao relacionamento do casal, em quase todas as famílias existe um bom entendimento, havendo algumas brigas e discussões apenas de vez em quando. Porém, em algumas delas, este relacionamento se caracteriza por ser muito difícil. Em um dos casos, a mãe comenta que ela e o companheiro nunca tiveram respeito um com o outro e se "tratam igual a cavalo". Em outros casos, a mulher diz que apanha do marido por motivos de ciúme, isto é mais freqüente naquelas famílias em que o pai tem algum vício como o álcool ou a maconha. Uma das mães comenta que seu marido fuma maconha nos finais de semana, portanto, durante a semana o relacionamento deles é ótimo, não há brigas, mas quando chega o sábado e o domingo, a vida deles se torna um "inferno", pois de uma pessoa calma e boa surge outra agressiva e violenta, hoje ela diz que os seus filhos maiores a defendem, mas antigamente apanhava muito.

Podemos perceber, que há uma contradição nas respostas destas famílias quando elas são indagadas se conversam sobre a maneira de educar os filhos e como é o relacionamento do casal, pois na primeira, quase todas comentam que não conversam com os seus companheiros sobre a maneira de educar os filhos, enquanto que na segunda, a grande maioria diz que existe um bom relacionamento entre eles, tratando-se portanto de um dado pouco confiável.

Assim, podemos concluir, que a grande maioria das famílias da classe baixa, além das precárias condições financeiras, são atingidas por problemas como as drogas, alcoolismo, conflitos familiares, provocando uma profunda deterioração no ambiente familiar.

Nestas famílias em que o relacionamento do casal deixa a desejar, percebe-se uma dominação do homem em relação a mulher e para a relação não ser definitivamente destruída, ela se submete à violência física e à própria violência moral, como ser insultada de "vagabunda" perante os filhos e a vizinhança. Assim, muitas destas mulheres passam a vida inteira sofrendo, fazendo tudo pelos seus filhos e o que recebem em troca é a agressividade e a brutalidade de seus companheiros, principalmente como consequência de não serem instruídas e pela imposição da nossa sociedade machista, que faz a mulher pensar que realmente isto esteja certo e que não perceba que a situação poderia ser diferente, onde ela tem os seus direitos e estes precisam ser respeitados.

Quando pergunta-se a estas mães o que elas mais desejam para os seus filhos, a resposta mais freqüente é que eles continuem a estudar, já que elas não tiveram esta oportunidade e que consigam um bom emprego para não passarem pelas mesmas dificuldades que passaram quando crianças. Há alguns comentários que devem ser salientados, como uma das mães que não trabalha e mora numa casa que não tem luz e água, deseja dar para o seu filho uma casa com água, luz, televisão, uma bicicleta e alimentação todos os dias. Outra mãe deseja que seus filhos nunca se tornem viciados ou ladrões, sendo que nesta família o pai fuma maconha. Há ainda aquela mãe que deseja que os seus

filhos sejam "alguém importante na vida, que não sejam um simples operário, que estudem" e tem vontade de colocá-los em uma escola para estudar língua estrangeira como o espanhol, mas não tem dinheiro.

Ao perguntar a estas mães qual é o papel dos pais em relação aos filhos, todas ressaltam que é o de educar e orientar. Algumas comentam que é ser amigo, dar carinho, conversar. Uma das mães acha que o pai não deve se intrometer na educação dos filhos, sendo esta uma responsabilidade exclusivamente sua, por isto se ela errar deverá assumir as conseqüências posteriormente, o marido tem a obrigação apenas de sustentá-los. Outra mãe comenta que deve ensinar aos filhos a não mexerem naquilo que pertence aos outros e nem devem pedir porque é feio "esmolar". Em duas destas famílias, as mães disseram ainda, que os pais devem ser bons para darem bons exemplos para os filhos poderem seguir.

Nas próximas tabelas são abordados os assuntos Vida Associativa e Lazer, através dos quais são enfocados aspectos como: a participação de alguém da família em algum grupo, organização ou associação; as famílias gostam do local que residem; sugestões das famílias para melhorar a comunidade onde residem.

Tabela 25 - Existência de grupo ou associação na comunidade

Existência de Grupo ou Associação na Comunidade	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Sim	03	13%
Não	20	87%
TOTAL	23	100%

Tabela 26 - Participação da família em algum grupo

Participação da Família em algum Grupo	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Sim	03	13%
Não	20	87%
TOTAL	23	100%

Tabela 27 - A família tem algum lazer

A Família tem algum Lazer	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Sim	13	57%
Não	10	43%
TOTAL	23	100%

Tabela 28 - A família gosta do local onde reside

A Família gosta do Local onde Reside	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Sim	16	70%
Não	07	30%
TOTAL	23	100%

Tabela 29 - Sugestões para melhorar a comunidade

Sugestões para Melhorar a Comunidade	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Sim	20	87%
Não	03	13%
TOTAL	23	100%

De acordo com a tabela 25, podemos observar que apenas três da vinte e três famílias residem em um local onde existe associação de moradores: a Comunidade Chico Mendes e o Bairro Jardim Ilha Continente. No entanto, estas famílias sabem da sua existência mas não participam.

Segundo Farias (1982, p.37), a associação significa um grupo organizado visando atingir certo interesse ou conjunto de interesses.

Portanto, é imprescindível a existência de um grupo ou uma associação de moradores unidos, organizados e mobilizados para alcançar determinados objetivos que beneficiem a sua comunidade, principalmente aquelas em que as condições são precárias e o processo de desenvolvimento é mais recente. No entanto, percebe-se que a maioria das pessoas são acomodadas para se engajar com este tipo de trabalho e conseqüentemente muitos benefícios que poderiam ser concretizados acabam não existindo.

Em relação a participação de alguém da família em algum grupo ou organização, como indica a tabela 26, em apenas três famílias foi constatado tal fato. Assim, em um delas, a mãe das crianças e adolescentes do Projeto Turminha participa do Comitê da Fome e da Feira Comunitária. Em outra família, duas das crianças participam do coral e do grupo carismático e na terceira há a participação de duas adolescentes no grupo de dança do Projeto Turminha que é direcionado por uma voluntária.

Assim, podemos perceber que a vida dessas pessoas é restrita a poucas atividades e o seu cotidiano é permeado pela rotina, pois além das condições financeiras que fazem com que

elas passem a maior parte de seu tempo trabalhando para a sobrevivência, há também o comodismo na participação de outras atividades, mesmo quando as oportunidades surgem.

Isto é percebido com mais intensidade ainda, quando as famílias são indagadas se possuem algum lazer como mostra a tabela 28. Podemos perceber que a grande maioria destas famílias possui algum lazer e entre estes foram mencionados: ir à igreja, à praia quando sobre dinheiro, dançar, levar as crianças para brincar no parque do centro da cidade, visitar parentes, assistir televisão, escutar rádio, fofocar na casa do vizinho ou ainda, segundo uma das mães, limpar a casa e cuidar dos filhos.

De acordo com a tabela 28, as famílias comentam em sua grande maioria que gostam e estão satisfeitas com o seu local de residência. Algumas apontam os seus pontos positivos e negativos. Outras apenas os pontos positivos ou então os pontos negativos. Entre os pontos positivos, praticamente todas as famílias comentam que a sua residência é bem localizada, sendo perto de ponto de ônibus, escola, hospital, supermercado e do Projeto Turminha. Cerca de duas destas famílias comentam que o lugar é calmo e os vizinhos são bons, pois cada um fica no seu "canto". Outras ainda dizem que o local é bom, pois não tem problemas de enchente ou que não depende de aluguel. Entre os pontos negativos, o mais citado é o fato de existir muito "maconheiro" e "garotada que não faz nada", além dos vizinhos que se metem na vida dos outros. O fato dos vizinhos se meterem na vida dos outros é comentado por quase todas as famílias. Segundo uma das declarações: "o melhor mesmo é não conversar

muito e ficar cada um na sua casa para não dar confusão". Outro ponto negativo que é ressaltado é o fato de as casas serem muito próximas uma das outras e as ruas que, em algumas comunidades, são estreitas.

Em relação as melhorias que devem ser feitas na comunidade, conforme a tabela 29, as famílias dão algumas sugestões. A mais citada é a de colocar um posto policial na comunidade porque há muitos maconheiros e ladrões. O calçamento e o sistema de esgotos deveriam também ser melhorados no local de residência de algumas famílias, além do caminhão de lixo que deveria passar por perto de suas casas. Deveria haver também um parque para as crianças poderem brincar e segundo uma das mães *"as pessoas é quem tem que mudar. Por exemplo, se há ladrão, a pessoa é quem tem que parar de roubar, se há maconheiro, este é quem tem que parar de fumar"*.

Portanto, em relação a estas sugestões que as famílias dão, trata-se mais de um problema de infra-estrutura da comunidade, pois são aspectos que em uma outra comunidade menos carente já estariam solucionados.

A tabela seguinte mostra o número de famílias que tem alguma noção sobre o que é ser cidadão.

Tabela 30 - A família sabe o que é ser cidadão

A Família sabe o que é ser Cidadão	Incidência	
	Absoluta	Relativa
Sim	09	39%
Não	14	61%
TOTAL	23	100%

De acordo com a tabela 30, quando as pessoas são indagadas sobre o que é ser cidadão, a grande maioria não sabe responder, alguns, nunca ouviram falar e outros ainda tentam responder. Percebe-se que algumas destas pessoas tem uma noção no que consiste em ser um cidadão através da seguinte resposta: *"é aquele bem brasileiro, que faz os seus direitos prevalecerem, não importando ser rico ou pobre, os direitos devem ser iguais, principalmente dentro da lei"*.

A resposta anterior foi dada por uma mulher alfabetizada no MOBRRAL durante três meses e percebe-se na entrevista que o seu nível de informação e conscientização é bastante elevado. Outras respostas devem ainda ser destacadas:

"Cidadão é uma pessoa com um bom emprego e que se sinta bonita, é a pessoa se sentir bem e ter uma casa arrumada, não precisa ser rico".

"Cidadão é aquele que mora numa cidade".

"Cidadão é aquele que cumpre com os seus direitos de patriota e as leis".

"Cidadão é aquele que tem o direito de votar, opinar, ser livre".

"Cidadão é morar onde eu estou morando, o governo pouco ajuda, cidadão é a gente mesmo que tem que ser".

As declarações das pessoas dessas famílias, demonstram que a cidadania é independente de sua classe social, ou seja, pode ser rico ou pobre e a idéia que alguns deles têm é que o cidadão tem alguns direitos e deveres e que o Estado ou governo pouco contribui para as pessoas serem cidadãos.

"Ser cidadão significa ser sujeito de direitos e deveres. Cidadão é, pois, aquele que está capacitado a participar da vida da cidade literalmente e, extensivamente, da vida da sociedade" (Saviani apud Covre, 1986, p.73).

Assim, ser cidadão é exercer a sua cidadania, é fazer com que um indivíduo seja igual aos outros em uma sociedade, sem distinção de classe social, sexo, raça, etc.

Portanto, a cidadania para ser exercida plenamente exige um pressuposto que é a própria educação. Isto começa a ocorrer justamente quando a vida no campo é dominada pela vida da cidade, o saber científico domina o saber natural e a vida na cidade é regida por leis, onde os termos escritos ditam as normas da vida em sociedade. As leis não precisam ser lidas por todos, mas a participação na vida da cidade e o conhecimento da expressão escrita é indispensável para exercer plenamente os direitos e deveres.

Podemos imaginar então a situação da cidadania dos analfabetos, pois estes não sabendo ler e escrever, torna-se mais difícil ainda, a compreensão e o entendimento do mundo a sua volta, constituindo um grande obstáculo para serem cidadãos plenos.

Assim, a educação escolar é um dos aspectos essenciais para que as pessoas se tornem mais conscientes e informadas para que possam exercer a sua cidadania. Porém, muitos fatores da nossa educação deveriam ser transformados, pois são retrógrados para o progresso da sociedade, tentando passar a ideologia da classe dominante e impedindo a manifestação do cidadão, rumo a democracia, pois esta só existirá quando os seus membros estiverem capacitados para participar das decisões, opinar, colocar os seus pontos de vista para serem contrastados com outras idéias.

O acesso da população aos serviços de saneamento básico, saúde, habitação, alimentação, significam também o usufruto da cidadania, porém, cada vez menos o Estado parece priorizar as suas políticas públicas em direção a estes aspectos. O cidadão deveria ser sujeito das políticas sociais, ajudar a formulá-las, participar da sua construção de acordo com seu interesse, no entanto, além dele não participar deste processo, ele não é atingido pelo mesmo, daí a importância dos movimentos populares na busca pelos seus direitos. Atualmente, a inexistência de um movimento popular urbano forte e organizado, enfraquece as relações da população com as condições reais de sua cidadania.

Portanto, o Estado tem um papel fundamental neste processo, na medida em que ele deve proporcionar não só a libertação política, mas a libertação humana, que abrange além do aspecto político, o econômico, o social e o cultural.

É impossível existir a cidadania plena hoje, quando sabemos que as minorias ainda existem e que estão lutando por um espaço. No caso das mulheres, apesar das mudanças que têm ocorrido durante as últimas décadas, muitas coisas terão que ser mudadas para esta categoria se ver na condição de igualdade, assim, acontece com outros grupos sociais como, os homossexuais, os negros, o menor abandonado.

A sociedade brasileira ainda precisa construir um cidadão que exerça a sua cidadania plenamente. Apesar de algumas das mudanças que ocorrem a partir da Nova República e com a nova Constituição de 1988, o brasileiro está longe de viver a sua cidadania plenamente no seu cotidiano.

O cidadão pleno é aquele que não fica passivo ou omissivo diante do poder estatal ou fica esperando pelas suas atitudes paternalistas para as soluções que a sociedade reivindica. Ele participa da vida política do país, fazendo com que realmente a sua participação através do voto seja efetiva, através de uma representação digna daqueles que estão no poder. Este novo cidadão ainda, é aquele que não pensa só em si, nos seus próprios interesses, mas luta pelo seu grupo, pelos direitos dos semelhantes e que exige justiça para aqueles que não podem pedi-la.

"A idéia atual de cidadania passa, portanto, pela edificação do espaço político relativo que cada grupo de minorias ocupa no ordenamento societário, e presume o direito à contestação das regras baixadas pelo Estado em relação a pessoas ou grupos sociais, à remodelação da infra-estrutura de poder público de modo a ensejar sua transformação e ao questionamento das instituições que esta abriga, vincula-se, portanto, à garantia de diversidade, elemento presente em toda ordem jurídica democrática" (Damião, 1987, p.33).

Portanto, aqueles indivíduos que de alguma forma são ainda rejeitados em nossa sociedade, devem reivindicar pelos seus direitos sociais, pois enquanto tal discriminação perdurar, a democracia e a cidadania continuarão ser aspectos que não fazem parte de nossa realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, procuramos mostrar através das políticas sociais atuais, a situação de pobreza e miséria que atinge a população brasileira, pois a existência dessas políticas retrata a própria negação das pessoas de exercerem uma cidadania plena, quando se reflete que grande parte de nossa população não possui um salário digno que possa lhes suprir, ao menos, as suas necessidades mais prementes.

A desigualdade social foi construída desde os primórdios da história brasileira, pois os donos dos meios de produção e do poder sempre agiram monopolizando tudo e todos e o povo, como consequência da sua alienação, fruto da sua falta de acesso à educação e à informação, foi se tornando vítima dessa situação.

Assim, as famílias das classes mais baixas foram crescendo, o número de filhos aumentando e o poder aquisitivo decrescendo, tornando mais grave ainda a situação de milhares de pessoas em nosso país, dando espaço portanto, para a constitui-

ção da marginalidade, da violência, do tráfico de drogas, da prostituição e outros tantos problemas, que sabemos com que a sociedade brasileira tem que conviver.

O Estado brasileiro, caracterizado pela desigualdade em todos os seus aspectos como: político, social, econômico, cultural, precisa rever as suas ações diante da sociedade e parar com o descaso perante a mesma, constituindo políticas sociais eficazes e eficientes, extinguindo o corporativismo e a discriminação acirrada dentro de nossas instituições.

É preciso também que este mesmo Estado trabalhe simultaneamente e reciprocamente com todas as instituições, como as voluntárias, as não-governamentais, através das quais podemos observar exemplos significativos na atuação com aqueles mais necessitados, comprometidos com a realidade humana.

O perfil social e econômico das famílias das crianças e adolescentes do Projeto Turminha detectado a partir da aplicação do formulário (vide anexo 1), permitiu não só obter os dados que serão utilizados pelo trabalho desenvolvido na Instituição mas o conhecimento de uma realidade semelhante a vivida por milhões de pessoas de todo o Brasil, pois esta, sabemos que, infelizmente não é exclusiva dessas famílias, com as quais foi aplicada a pesquisa.

Este trabalho foi muito gratificante e enriquecedor para nós como ser humano, por saber que enquanto profissionais, podemos auxiliar essas pessoas na desmistificação da sua reali-

dade, proporcionando caminhos que visem a transformação social na construção de uma nova sociedade.

O Serviço Social tem um grande papel diante de todo este contexto brasileiro, pois pode e deve, na medida do possível, intervir nas mais diversas áreas de trabalho das instituições. A sua atuação pode ser permeada por um direcionamento crítico, juntamente a população que dela necessite, pois o que este profissional não pode permitir é que essas pessoas continuem alienadas, deixando o Estado sufocá-las ainda mais.

Portanto, o trabalho do Serviço Social na Instituição Projeto Turminha é de fundamental importância para com todos os seus funcionários, voluntários, crianças, adolescentes e as famílias.

Porém, reconhecendo os limites da nossa prática de estágio curricular, principalmente por termos feito os três semestres com a realização de poucas supervisões e também pelo fato de não haver uma assistente social na Instituição Projeto Turminha, nos sentindo inseguros em algumas situações para prosseguirmos com o trabalho do Serviço Social.

Em relação à prática de estágio curricular realizada no Projeto Turminha, há algumas sugestões que consideramos convenientes para a continuidade do trabalho desenvolvido na Instituição:

- as reuniões com os pais devem continuar a ser realizadas mensalmente, com as palestras sobre algum tema do cotidiano dessas famílias e sempre que possível a realização de dinâmi-

cas de grupo, pois estas servem para uma maior integração e descontração entre as pessoas. O tempo de duração dessas reuniões também não deve ser muito extenso pois, pelo fato de serem realizadas de noite, as pessoas já vêm cansadas após um dia de trabalho;

- é importante que os profissionais do Projeto Turminha, especificamente os educadores, façam cursos de aperfeiçoamento para que os trabalhos com as crianças e os adolescentes se tornem mais produtivos;
- os adolescentes devem ter novas e uma quantidade maior de atividades e também poderiam ser encaminhados para a realização de cursos profissionalizantes para ficarem melhor preparados para o ingresso no mercado de trabalho;
- a realização de reuniões interdisciplinares é um outro ponto positivo que contribuiria para um melhor trabalho no Projeto. Assim, essas reuniões poderiam ser realizadas mensalmente com a presença de todos os seus funcionários, voluntários e estagiários;
- no Morro do Flamengo, de onde provem grande parte das crianças e adolescentes do Projeto Turminha, é importante existir novamente a mobilização da comunidade para a constituição de uma nova Associação de Moradores na busca de soluções para resolução de seus problemas, sendo que o trabalho do Serviço Social pode voltar a ter um papel fundamental nessa organização;
- em virtude de as famílias do Projeto Turminha terem um grande número de filhos, é de fundamental importância a implantação do planejamento familiar por profissionais do Serviço Social

e voluntários de Enfermagem, para que surja uma nova consciência, principalmente entre as adolescentes;

- em virtude também da realidade constatada nessas famílias sobre o seu nível de escolaridade, consideramos importante haver um projeto de alfabetização nas comunidades de onde elas são provenientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CENTRO BRASILEIRO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. Entre o público e o privado. Cadernos CBIA. Rio de Janeiro: n.1, 1991. 50p.
- CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS. A postura do Estado-sociedade civil e cidadão. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, v.1, p.9-10, set. 1979.
- _____. Cultura, lazer e comunicação social. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, v.1, p.15, set. 1979.
- CORRIGAN, Paul, LEONARDS, Piter. Prática do serviço social no capitalismo: uma abordagem marxista. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 119p.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes. De menor a cidadão. Ministério da Educação. Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência. [1990?]. 72p.
- COVRE, Maria de Lourdes Mangini. A cidadania que não temos. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CRUZ, Fátima et all. A infância dominada. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1992. 90p.
- DAMIÃO, Ada Stella Bassi, SOARES, Marcelo Santos, CARNEIRO, Harley Dias. O novo cidadão brasileiro. Rio de Janeiro: Salamandra, 1987.
- FAUSTO, Ayrton, CERVINI, Rubem. O trabalho e a rua: criança e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo: Cortez, 1991. 244p.

- FERNANDEZ, Viviane Bergler, SILVA, Mauri A. da, GIOVANELLA, Karin. Jornal Popular de Saúde. Florianópolis: Diário Catarinense, ano 2, n.4, 8p. 1993.
- FLÂMIA, Carla. Investigação e diagnóstico: a realidade social das famílias do Projeto Turminha de Capoeiras. Florianópolis: Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 1993. 79p. (Trabalho de Conclusão de Curso).
- FARIAS, Francisca Fátima de. Associação e o significado da participação. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, v.3, p.27-42, ago. 1982.
- FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 79p.
- GRANT, James P. Situação mundial da infância 1993. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, 1993. 89p.
- _____. Situação mundial da infância 1994. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, 1993. 87p.
- LIMA, Boris Alexis. Reflexiones sobre política social. Revista Acción Crítica. n.2, jul. 1977.
- MACHADO, Adriana Rodrigues. Vivências comunitárias e relações de poder: transparências e obstáculos. Florianópolis: Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 1992. p.52-57, p.65-75. (Trabalho de Conclusão de Curso).
- MENEZES, Maria Inês Rodrigues. A realidade do menor institucionalizado. Florianópolis: Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 1985. p.7-23. (Trabalho de Conclusão de Curso).
- MISSAGIA, Sandra. Cidadão criança. Cidadão adolescente: contribuições para definição de uma política para infância e juventude no Brasil. Brasília: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, 30p.
- OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. Assistência social: do discurso do Estado à prática do serviço social. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989. 286p.
- PINTO, Lúcio Luiz. Extermínio de crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, 1991. 183p.
- RIBEIRO, Maria Salete. A desestruturação familiar e a repercussão na criança. Florianópolis: Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 1985. p.10-77. (Trabalho de Conclusão de Curso).
- SEDA, Edson. Construir o passado. 2.ed. Malheiros. 107p.
- SZYMANSKI, Heloísa. Trabalhando com famílias. Caderno de Ação. São Paulo: Cortez, n.1, 1992. 40p.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Solidarietàade, fome e desnutrição. In: I Seminário de Saúde Materno Infantil de Santa Catarina. Florianópolis, SES, 6 e 7 de dezembro, 16p.

ZILOTTO, Maria Cecília. Trabalhando abrigos. Caderno de Ação. São Paulo: Forja Gráfica, n.3, 52p. 1993.

ANEXO

CADASTRAMENTO DAS FAMILIAS DO PROJETO TURMINHA

NOME DO ENTREVISTADO: _____

DATA DA ENTREVISTA: _____

HORÁRIO: _____

ENDEREÇO: _____

OBSERVAÇÕES:

QUAL é a religião da família? São praticantes?

OS filhos são todos do mesmo pai?

ESCOLARIDADE

1- Há alguém que não estuda mais e gostaria de voltar a estudar?

OBSERVAÇÕES:

2- Os que não estudam porque pararam de estudar?

3- Você considera importante os seus filhos estudarem? Por que?

4- Quem faz a matrícula dos seus filhos na escola?

5- Participa das reuniões da escola?

6- Quem pega o boletim das crianças ?

CONDIÇÕES ECONÔMICAS

1- Há alguém da família que gostaria de trabalhar? Em que?

2- A família recebe ajuda de alguém?

3- Como as crianças que trabalham costumam usar o que recebem?

4- Com quantos anos as crianças começaram a trabalhar?

5- O que você está fazendo para melhorar a sua condição de vida?

CONDIÇÕES HABITACIONAIS

1- Condição da Ocupação da Moradia:

A- () Própria - Totalmente paga;

B- () Própria - Ainda está pagando;

C- () Alugada;

D- () Cedida;

E- () Cohabitada;

F- () Sub- locação;

G- () Ocupada e invadida;

H- () Outros. Quais? _____

2- Característica do imóvel:

A- () Madeira.

B- () Alvenaria.

C- () Mista.

D- () Papelão.

E- () Lona.

F- () Outros. Quais? _____

Obs: _____

3- Qual o número de peças? (Dependência, Cômodos). Quantos metros quadrados?

4- A instalação de água no imóvel:

- A- () Rede Geral.
- B- () Poço.
- C- () Rabicho.
- D- () Com relógio.
- E- () Sem relógio.
- F- () Com caixa d' água.
- G- () Sem caixa d' água.
- H- () Dentro de casa.
- I- () Fora de casa.
- J- () Não possui.

5- Instalação de energia elétrica do imóvel:

- A- () Rede geral com relógio.
- B- () Rede Geral sem relógio.
- C- () Rabicho.
- D- () Não possui.
- E- () Outros.

6- Possui iluminação pública?

Obs: _____

7- Instalação da rede de esgotos:

- A- () Direto na rede geral.
- B- () Fossa séptica.
- C- () Vala a céu aberto dentro do lote.
- D- () Vala a céu aberto fora do lote.

8- Vocês possuem horta, o que plantam? Se não possuem, qual o motivo?

9- Há quanto tempo mora na atual residência?

10- Quantas vezes já se mudou?

S A Ú D E

1- Quando ficam doentes a quem recorrem?

2- As crianças da casa são vacinadas?

A- () Sim.

B- () Não.

C- () Completa.

D- () Incompleta.

Obs: _____

3- Que tipos de doenças as pessoas da casa tiveram outem?

Obs: Algumas doenças para o entrevistador citar na hora para o entrevistado poder se lembrar: Alergia, Diarréia, Desnutrição, Doença Venérea, Gripe, Infecção na pele, Problema de coluna, Verme, Poliometite, Tuberculose, Asma, Diabete, Eplepsia, Câncer.

4- Você conhece alguma forma de evitar filhos?

5- O método que você utiliza dá resultados?

6- Existe algum problema quando procuram os serviços de atendimento de saúde?

7- Fez pré-natal na gestação? De quantos filhos?

8- Alguém da sua família já esteve internado?

9- Os membros da família possuem algum vício?

A- () Sim.

B- () Não.

A1- () Bebida.

A2- () Cigarro.

A3- () Drogas.

Obs: _____

10- Costuma fazer exames médico periodicamente? (Vermes, Sangue..)

RELAÇÃO: PROJETO TURMINHA X FAMÍLIA

1- Por que seus filhos participam do Projeto Turminha?

2- Quais os pontos positivos e negativos do Projeto Turminha?

3- O que as crianças falam do Projeto Turminha?

4- De que maneira você participa do Projeto Turminha?

5- Como é o relacionamento de vocês com as pessoas que trabalham no Projeto Turminha?

6- Você saberia citar algumas atividades que são realizadas pelo Projeto Turminha?

7- Você participa das reuniões do Projeto Turminha? Por que?

8- Quais são as suas sugestões para melhorar o atendimento do Projeto / Turminha?

9- Quais os assuntos que você gostaria de ter uma maior informação através das reuniões do Projeto Turminha?

10- Para você o que seria obrigação do Projeto Turminha?

11- Houve algum progresso nas crianças depois que começaram a frequentar o Projeto? Em que aspecto?

R E L A C I O N A M E N T O F A M I L I A R

1- A criança foi: Planejada, não esperada, rejeitada, etc.

Falar sobre cada criança especificamente:

2- Com quem a criança ou as crianças se relacionam melhor na família?

3- O casal pretende ter mais filhos? Quantos? Por que?

4- Como a criança é tratada pelos pais quando desobedece?

5- O casal conversa sobre a maneira de educar os filhos? Como?

6- Como é o relacionamento do casal? Quando há discórdia como resolvem?

7- Como é o comportamento das crianças em geral?

A- Calmas: _____

B- Agressivas: _____

C- Obedientes: _____

D- Desobedientes: _____

E- Estudiosas: _____

F- Sem vontade: _____

G- Carinhosas: _____

H- Autoritárias: _____

Obs: _____

8- O que você deseja para os seus filhos?

9- Para você qual é o papel do pai e o da mãe?

V I D A A S S O C I A T I V A

1- Quais os grupos e organizações que possui em sua comunidade?

2- Alguém da família participa de algum grupo ou organização?

3- Você gosta de morar aqui? Pontos Positivos e Negativos:

4- Quais as melhorias que devem ser feitas na comunidade?

5- O que é ser cidadão?

6- Como se relaciona com os vizinhos?

7- Quando há problemas com as crianças do vizinho, como resolve?

8- Se precisa de ajuda a quem recorre?

9- Quando há eventos na comunidade você participa? Porque?

L A Z E R

1- Que tipos de atividades sua família realiza nos momentos de folga e fins de semana?

2- Seus filhos brincam diariamente?

A- () Sempre.

B- () Nunca.

C- () Às vezes - De que?

3- Está satisfeito com a sua moradia?

AVALIAÇÃO